



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

Última atualização: 26/08/2024

NUMERAÇÃO PROCESSUAL	LEI / ATO NORMATIVO	ASSUNTO	RESULTADO / DECISÃO
0086045-49.2024.8.16.0000	Lei Municipal n. 3.007/2024, do Município de Jaguariaíva.	Instituiu prazo para o SAMAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) proceder à reparação de danos ou defeitos em pavimentos de vias públicas causados pela Autarquia, e dá outras providências.	Aguardando Julgamento
0080080-90.2024.8.16.0000	Art. 102 da Lei Complementar Municipal nº 61/2016, do Município de Guarapuava.	Disciplina o cálculo para concessão de adicional por tempo de serviço (ATS).	Aguardando Julgamento
0080076-53.2024.8.16.0000	Art. 75, parágrafo 1º, incisos III, VI, VII, VIII e IX e parágrafo 2º de mesmo artigo, da Lei Orgânica Municipal de Foz do Iguaçu.	Versam sobre regime de servidores públicos.	Aguardando Julgamento
0080073-98.2024.8.16.0000	Parcela do Anexo II da Lei Municipal nº 267/2011, parcela do Anexo II da Lei Municipal nº 280/2011 e parcela do Anexo II da Lei Municipal nº 118/2013, todas de Apucarana.	Criaram 157 cargos de provimento em comissão da Administração Pública municipal.	Aguardando Julgamento
	Parcela dos Anexos II e IV da Lei Municipal nº 118/2013 e parcela dos	Dispõem sobre “Superintendente Jurídico” (cargo comissionado integrante do quadro funcional da Autarquia Municipal da Educação de Apucarana – AME), “Superintendente de Assuntos Jurídicos” e	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Anexos II e IV, da Lei Municipal nº 280/2011, ambas de Apucarana.	“Assessores do Superintendente de Assuntos Jurídicos” (cargos comissionados integrantes do quadro funcional da Autarquia Municipal da Saúde de Apucarana – AMS).	
	Parcela dos Anexos II e IV da Lei Municipal nº 267/2011, de Apucarana.	Institui o cargo de provimento em comissão de “Sub-Procurador Geral” dentro da estrutura orgânica da Procuradoria-Geral do Município.	
	Parcela dos Anexos II e IV da Lei Municipal nº 267/2011, de Apucarana.	Trata dos cargos comissionados de “Coordenador Geral da Controladoria” e “Assessor do Coordenador Geral da Controladoria”.	
	Art. 12, §2º da Lei Municipal nº 267/2011, de Apucarana.	Trata da gratificação a ser paga pelo exercício de Função Gratificada.	
	Art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 111/2019 e art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 3/2019, ambas de Apucarana.	Autorizam o chefe do Poder Executivo a alterar, por meio de ato normativo infralegal, as atribuições de cargos de provimento em comissão da estrutura administrativa da Prefeitura de Apucarana.	
0077349-24.2024.8.16.0000	Art. 2º e anexos II e III da lei municipal 1824/2023, de Pato Bragado.	Dispõe sobre a Tabela de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Pato Bragado.	Aguardando Julgamento
0076682-38.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 4.302/2023, de Jacarezinho.	Conferiu nova redação ao inciso III do art. 1º da Lei Municipal nº 3.774/2020, para reajustar o valor do subsídio dos Secretários Municipais, no curso do mandato dos atuais Prefeito e Vereadores.	Aguardando Julgamento
0075676-93.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 2.223/2022, de Guaíra.	Autoriza o Executivo Municipal a fornecer lanche para pacientes do SUS levados para atendimento fora do Município de Guaíra, e dá outras providências.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0072019-46.2024.8.16.0000	Lei nº 4.051, de 25 de novembro de 2022, do Município de Araucária.	Institui o programa Farmácia Popular PET no Município de Araucária.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 24/07/2024 DJEN: 25/07/2024 ----- Aguardando Julgamento
0070345-33.2024.8.16.0000	Lei Municipal 1.145/2024, de Coronel Domingos Soares.	Instituiu a Lei Contra a Prática de Nepotismo no âmbito do Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, e dá outras providências.	Medida Cautelar Parcialmente Deferida Decisão Monocrática Publicação: 30/07/2024 DJEN: 31/07/2024 ----- Aguardando Julgamento
0068020-85.2024.8.16.0000	Art. 51, XXI, da Lei Orgânica n. 01 do Município de Paçandu.	Prevê autorização legislativa prévia para aprovação de projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 16/07/2024 DJEN: 18/07/2024
0065756-95.2024.8.16.0000	Arts. 43, 44, 45 e 46 da Lei Municipal nº 1053/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), do Município de Inácio Martins.	Dispõem sobre emendas parlamentares e autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital.	Aguardando Julgamento
0065399-18.2024.8.16.0000	Lei nº 4.407, de 26 de abril de 2024, de Araucária.	Dispõe sobre a comprovação da infração pelo agente da autoridade de trânsito no Município de Araucária.	Aguardando Julgamento
0064623-18.2024.8.16.0000	Art. 8ª da Lei Municipal nº 3.776/2016, de Rolândia.	Previu a revisão anual aos subsídios dos agentes políticos integrantes da cúpula dos Poderes Executivo e Legislativo.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 2º da Lei Municipal nº 4.067/2022, de Rolândia.	Concedeu a respectiva revisão anual, no curso do mandato dos atuais Prefeito e Vereadores, e para a mesma legislatura.	Publicação: 09/07/2024 DJEN: 10/07/2024 ----- Aguardando Julgamento
0064618-93.2024.8.16.0000	Art. 3º, da Lei Municipal nº 13.503/2010; art. 3º da Lei Municipal 15.655/2020; art. 2º da Lei Municipal nº 15.943/2022; art. 2º da Lei Municipal nº 15.946/2022; art. 2º da Lei Municipal nº 15.947/2022; art. 2º da Lei Municipal nº 16.099/2022 e art. 2º da Lei Municipal nº 16.257/2023, de Curitiba.	Preveem a revisão geral anual ao subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores e efetivamente concedem o reajuste a esses agentes públicos.	Aguardando Julgamento
0064616-26.2024.8.16.0000	Art. 20, §3º e art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 133/2011, de Paranaguá.	Utilizam o salário mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade.	Aguardando Julgamento
0063130-06.2024.8.16.0000	Art. 72, parágrafo 2º, inciso III da Lei Complementar Estadual nº 259/2023.	Estabelece como prerrogativa inerente ao cargo de Delegado de Polícia “não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional, salvo quando o entendimento contrariar texto expresso de lei, súmula vinculante ou tese pacificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça - STJ, com repercussão geral reconhecida”.	Aguardando Julgamento
0055173-51.2024.8.16.0000	Art. 63, da Lei Municipal nº 2.358/2018, de Capitão Leônidas Marques.	Dispõe sobre o vencimento inicial dos professores municipais.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0055141-46.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 1.345/2021, de Ramilândia.	Refixa o subsídio do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais do município de Ramilândia/PR para a legislatura 2021/2024, com fulcro no art. 44, inciso VI da lei orgânica municipal e o que dispõe a Constituição Federal/88, e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 19/06/2024 DJEN: 20/06/2024 ----- Aguardando Julgamento
0055137-09.2024.8.16.0000	Art. 4º da Lei Municipal nº 2.689/2020, de Ipiranga. Art. 2º da Resolução nº 1/2020 da Câmara Municipal de Ipiranga.	Preveem a revisão anual aos subsídios dos agentes políticos integrantes da cúpula dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente; e da íntegra das Leis Municipais nº 2.809/2022, 2.810/2022, 2.811/2022, 2.859/2023, 2.860/2023, 2.861/2023, 2.905/2024, 2.906/2024 e 2.907/2024, do mesmo município, que concederam as respectivas revisões anuais, no curso do mandato dos atuais Prefeito e Vereadores, e para a mesma legislatura.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 14/06/2024 DJEN: 17/06/2024 ----- Aguardando Julgamento
0055125-92.2024.8.16.0000	Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Umuarama. Art. 32, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Umuarama (Res. 01/1990).	Preveem a convocação do suplente de vereador em todos os casos de licença parlamentar.	Aguardando Julgamento
0049408-02.2024.8.16.0000	Art. 1º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 805/2016, de Ibaiti.	Dispõe que fica fazendo parte integrante da lei o Anexo III, da Lei nº 193 de 24 de setembro de 1998, (TABELA DE DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS PROFESSORES - AVANÇO DIAGONAL E VERTICAL), devidamente adequada ao novo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), em seus vencimentos iniciais, em cumprimento a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.	Aguardando Julgamento
0048212-94.2024.8.16.0000	Art. 109, §3º, XI, parte final, da Lei Municipal Ordinária nº 3.073/2016, de Araucária.	Estabelece as diretrizes fundamentais para a aplicabilidade dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Município de Araucária; Ratifica, define a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 04/07/2024 DJEN: 05/07/2024

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		Município de Araucária, CMDCA Araucária; Ratifica e define normas para utilização dos recursos do Fundo para a Infância e Adolescência do Município de Araucária FIA Araucária; Cria um novo Conselho Tutelar para o Município de Araucária, definindo regras para sua composição; Altera a Lei Municipal 1.703/2006; Revoga a Lei n° 2.816/2015 e dá outras providências.	----- Aguardando Julgamento
0045951-59.2024.8.16.0000	Decreto Legislativo Municipal nº 75/2024 do Município de Quitandinha.	Susta os efeitos do Decreto nº 20 de 01 de abril de 2024 do Poder Executivo, que "Disciplina a implantação de horário especial de trabalho para Servidores Públicos Municipais motoristas da área da educação e dá outras providências".	Aguardando Julgamento
0040315-15.2024.8.16.0000	Art. 74, da Lei Complementar nº 248/2010, do Município de Sarandi.	Dispõe sobre o reajuste anual dos vencimentos dos profissionais do magistério público municipal.	Aguardando Julgamento
0039013-48.2024.8.16.0000	Art. 96, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Nova América da Colina.	Dispõe sobre a necessidade de autorização legislativa na alienação de bens móveis.	Aguardando Julgamento
0034554-03.2024.8.16.0000	Lei municipal nº 2.671/2024, do Município de Barbosa Ferraz.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e dá outras providências.	Aguardando Julgamento
0031379-98.2024.8.16.0000	Arts. 100, caput e parágrafo único, 101 e 102, caput, § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município de Bandeirantes.	Regulamentam a concessão de direito real de uso pela municipalidade.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0028939-32.2024.8.16.0000	Art. 137 da Lei Municipal nº 91/1993, de Inácio Martins.	Utiliza o salário mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade.	Aguardando Julgamento
0028924-63.2024.8.16.0000	Art. 123, caput, e parágrafo único (por arrastamento), da Lei Municipal nº 2.029/2012, de Sertanópolis.	Utiliza o salário mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade.	Aguardando Julgamento
0026857-28.2024.8.16.0000	Art. 2º da Lei nº 11.315/2011 do município de Londrina.	Revoga o art. 45-A da Lei nº 9.337/2004.	Aguardando Julgamento
0026823-53.2024.8.16.0000	Lei 14.815/2023, do município de Ponta Grossa.	Implanta as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes Escolares (CIPA-Escolar), nas Unidades de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa.	Aguardando Julgamento
0022291-36.2024.8.16.0000	Lei Municipal de Guarapuava nº 3.360/2022.	Proíbe a instalação de empresas de transporte e guarda de valores em perímetro urbano, fixa prazo para adequação das empresas deste ramo já instaladas em perímetro urbano; e dá outras providências.	Aguardando Julgamento
0019571-96.2024.8.16.0000	Lei Estadual nº 21.206/2022.	Assegura a praças de ambas as corporações, vagas da função de piloto de aeronaves operadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar.	Procedência Acórdão Publicação: 23/07/2024
0016525-02.2024.8.16.0000	Lei Municipal 3.310/2024, de Sertanópolis.	Modificou o Regime Jurídico dos Servidores.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0015845-17.2024.8.16.0000	Lei nº 4.276/2023, do Município de Araucária.	Dispõe sobre a instalação de portas giratórias com detector de metais nos estabelecimentos de ensino e CMEI's no município de Araucária.	Aguardando Julgamento
0012756-83.2024.8.16.0000	Lei municipal nº 1.350/2021, do Município de Cândido de Abreu.	Revogou o Fundo da Procuradoria Municipal de Cândido de Abreu.	Aguardando Julgamento
0010977-93.2024.8.16.0000	Arts. 5º, § 2º, 8º e 12 da Lei Estadual nº 21.052/2022, do Estado do Paraná.	Reduziram os standards de proteção ambiental definidos pelas regras gerais nacionais, implicando usurpação da competência legislativa da União e proteção insuficiente ao meio ambiente.	Aguardando Julgamento
0010953-65.2024.8.16.0000	Lei nº 2.466/2015, do Município de Guarapuava.	Autoriza o Poder Executivo local a outorgar concessão onerosa de direito real de uso de bem imóvel de propriedade do município.	Aguardando Julgamento
0010808-09.2024.8.16.0000	Arts. 4º e 5º, da Lei Estadual nº 21.356/2023.	Conferiram nova redação aos parágrafos 1º e 4º do art. 3º da Lei Estadual nº 15.464/2007.	Aguardando Julgamento
0009007-58.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 780/2021, do Município de Primeiro de Maio.	Alterou o artigo 4º da Lei Municipal nº 187, de 18 de agosto de 2005.	Aguardando Julgamento
0007906-83.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 1.404/2022, do município de Ramilândia.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo local a conceder isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e taxas anexas incidentes sobre imóveis de propriedade ou posse de aposentados e pensionistas viúvos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0007892-02.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 3.808/2021, de Araucária.	Altera a redação da Lei nº 1493/2004.	Aguardando Julgamento
0006672-66.2024.8.16.0000	Lei Municipal n. 2.255/2023, de São João do Ivaí.	Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar aos professores e demais profissionais da educação, em efetivo exercício nas escolas públicas municipais.	Parcialmente Extinto s/ Resolução de Mérito Procedência Acórdão Publicação: 29/05/2024
0004132-45.2024.8.16.0000	Emenda à Lei nº 16/2023, do município de Jaguariaíva.	Revogou o estabelecimento de regras a respeito do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores de Jaguariaíva.	Aguardando Julgamento
0002376-98.2024.8.16.0000	Art. 66, caput, e parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 54/2014, de Bandeirantes.	Dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos profissionais do magistério.	Aguardando Julgamento
0002354-40.2024.8.16.0000	Art. 6º da Lei n. 2.129/2023, do município de Santo Antônio da Platina.	Submete ao Poder Legislativo a autorização para celebrar e aprovar convênios.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 24/05/2024 DJEN:27/05/2024
0002347-48.2024.8.16.0000	Art. 6º da Lei nº 2.110/2023, do Município de Santo Antônio da Platina.	Condicionou a celebração de parcerias entre a Administração Pública e o Conselho da Comunidade à prévia autorização pelo Poder Legislativo local.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 05/06/2024 DJEN: 07/06/2024
0002269-54.2024.8.16.0000	Lei Municipal nº 1.026/2023, de Guamiranga.	Estabelece despesa obrigatória ao Poder Executivo, impondo o custeio do transporte universitário de Guamiranga para outros municípios.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0001710-97.2024.8.16.0000	Decreto nº 9.282/2022, do município de Pato Branco.	Estabelece infração e sanções administrativas.	Aguardando Julgamento
0001700-53.2024.8.16.0000	Arts. 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 14, da Lei Municipal nº 1.987/19961, de Bandeirantes.	Instituíram indenização do tempo de serviço a servidores municipais quando do rompimento da relação funcional.	Aguardando Julgamento
0116415-45.2023.8.16.0000	Art. 98, caput, incisos I, II e III e parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.715/2013, de Faxinal.	Utilizam o salário mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade.	Aguardando Julgamento
0116402-46.2023.8.16.0000	Art. 1º, caput (fração) e inciso I, e art. 3º, da Lei Municipal nº 2.330/2022, de Matinhos.	Estabelecem subsídio e asseguraram a revisão anual da respectiva remuneração dos agentes políticos integrantes da cúpula do Poder Executivo, para a mesma legislatura.	Aguardando Julgamento
0116349-65.2023.8.16.0000	Lei nº 3.020/2023, do Município de Goioerê.	Dispõe acerca da garantia do direito de escolha às mulheres quando na realização de exames e/ou procedimentos na forma que especifica e dá outras providências.	Aguardando Julgamento
0113498-53.2023.8.16.0000	Lei n. 14.740/2023 do Município de Ponta Grossa.	Amplia o prazo de requerimento de isenção de IPTU.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 23/05/2024 DJEN: 27/05/2024
0112295-56.2023.8.16.0000	Art. 41, §4º, da Lei nº 6.857/2001 do Município de Ponta Grossa.	Dispõe que as entidades ou interessados enquadrados nos casos de isenção ou imunidade, que não formalizaram o requerimento da renovação anual mencionado no § 1º de mesmo artigo, poderão fazê-lo até o dia 31 de dezembro de 2023.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 23/07/2024

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 47, §§5º e 13, da Lei nº 6.857/2001 do Município de Ponta Grossa.	Dispõem sobre a cobrança da dívida ativa do Município.	Procedência Acórdão Publicação: 23/07/2024
0111879-88.2023.8.16.0000	Art. 2º da Lei n. 2.646/2023, do Município de Barbosa Ferraz.	Dispõe que compete ao Município arcar financeiramente com eventual diferença advinda do auxílio ou assistência financeira proveniente da União (art. 198 CF), visando atingir o Piso Salarial da Enfermagem nos moldes da Emenda Constitucional nº 127/2022.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/07/2024 DJEN: 23/07/2024
0110371-10.2023.8.16.0000	Lei Municipal de Iguatu, n.º 896/2023.	Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias.	Procedência Acórdão Publicação: 23/05/2024
0108480-51.2023.8.16.0000	Art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 01/2008.	Define o percentual mínimo para preenchimento de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos no âmbito do Poder Legislativo de Umuarama.	Aguardando Julgamento
0107880-30.2023.8.16.0000	Lei Estadual nº 21.327/2022.	Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná.	Aguardando Julgamento
0103891-16.2023.8.16.0000	Emenda nº 15, de 11 de novembro de 2022, à Lei Orgânica do Município de Umuarama.	Conferiu nova redação ao caput do art. 15, aumentando para 17 (dezessete) o número de Vereadores do referido município.	Procedência Acórdão Publicação: 23/05/2024
0101681-89.2023.8.16.0000	Art. 2º da Lei do Município de Goioerê nº 3.000/2023.	Prevê a definição pelo Chefe do Poder Executivo local das penalidades alusivas ao descumprimento da referida Lei Municipal.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 15/04/2024

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0096671-64.2023.8.16.0000	Lei Municipal de Pato Branco nº 6.080/23.	Institui o Programa Alimentando o Conhecimento, que visa fornecer a alimentação no âmbito da Rede Municipal de Ensino.	Procedência Acórdão Publicação: 15/05/2024
0095905-11.2023.8.16.0000	Art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 393, de 30 de março de 2023, do Município de Foz do Iguaçu.	Instituiu contribuição previdenciária extraordinária para os inativos, no importe de 14% (quatorze por cento) sobre o valor que exceder o teto de quatro salários mínimos nacionais.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 24/10/2023 DJEN: 25/10/2023
0092845-30.2023.8.16.0000	Art. 7º e Anexo VIII da Lei Complementar nº 126/2023, do Município de Telêmaco Borba.	Alterou o Anexo VII da Lei Municipal nº 1.548/2006, que dispõe sobre os vencimentos de servidores do Poder Legislativo.	Improcedência Acórdão Publicação: 12/04/2024
0091952-39.2023.8.16.0000	Arts. 37; 38, I; e 39 da Lei Orgânica do Município de Assaí.	Dispõem sobre a necessidade de autorização da Câmara Municipal para que o Prefeito e o Vice-Prefeito possam ausentar-se do País, bem como de apresentação de relatório circunstanciado dos resultados da viagem.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 11/10/2023 DJEN: 12/10/2023 ----- Improcedência Decisão Monocrática Publicação: 24/10/2023 DJEN: 25/10/2023
0086066-59.2023.8.16.0000	Art. 44, <i>caput</i> , da Lei Estadual nº 18.135/2014. Art. 5º da Resolução nº 07/2004 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Dispõem sobre o enquadramento dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 12/07/2024 DJEN: 15/07/2024

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 1º da Resolução nº 09/2005 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.		
0083712-61.2023.8.16.0000	Art. 82, <i>caput</i> , e §§ 1º a 3º (por arrastamento), da Lei nº 409/2007, do Município de Agudos do Sul.	Estabelece o salário mínimo como indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade devido aos servidores públicos municipais.	Aguardando Julgamento
0082539-02.2023.8.16.0000	Arts. 2º e 3º, da Lei Estadual nº 20.122/2019.	Altera dispositivos da Lei Estadual nº 17.435/2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 15/09/2023 DJEN: 18/09/2023 ----- Aguardando Julgamento
0082135-48.2023.8.16.0000	Arts. 11, § 1º, I, IV e VII; e 163, § 2º, da Lei Complementar nº 058/2023, do Município de Campo Magro.	Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Guarda Municipal de Campo Magro.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 12/09/2023 DJEN: 14/09/2023 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 28/05/2024
0079856-89.2023.8.16.0000	Lei nº 4.162/2023 do Município de Araucária.	Estabelece que os professores e professores pedagogos das unidades educacionais públicas municipais poderão realizar a hora atividade em casa, para planejamento de atividades, preparação de materiais, participação em reuniões e formações online.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0079239-32.2023.8.16.0000	Art. 50, da Lei nº 56/2017, do Município de Laranjeiras do Sul .	Os reajustes dos vencimentos dos Profissionais da Educação Pública Municipal e data de sua aplicação obedecerão às disposições da legislação federal e no que dispuser a legislação municipal.	Aguardando Julgamento
0053018-12.2023.8.16.0000	Art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 14.274/2003 .	Reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 18/06/2024
0053010-35.2023.8.16.0000	Art. 3º da Lei nº 1.093/2020, do Município de Boa Ventura de São Roque .	Revisão anual dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 14/08/2023 DJEN: 15/08/2023 ----- Procedência Acórdão Publicação: 27/03/2024
	Art. 3º da Lei nº 1.094/2020, do Município de Boa Ventura de São Roque .	Revisão anual dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal.	
	Lei nº 1.155/2021 do Município de Boa Ventura de São Roque .	Fixação e revisão anual dos subsídios do Prefeito e dos Secretários Municipais.	
	Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 1.095/2020, do Município de Boa Ventura de São Roque .	Revisão anual dos subsídios dos Secretários Municipais.	
	Leis Municipais nº 1.161/2022, 1.209/2023 e 1.211/2023, do Município de Boa Ventura de São Roque .	Revisão anual dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores.	
0053007-80.2023.8.16.0000	Lei “R” nº 118/2021 do Município de Toledo .	Dispõe sobre as medidas de proteção à norma culta da língua portuguesa.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0052744-48.2023.8.16.0000	Lei nº 855/2023 do Município de Braganey (alterou a Lei Municipal nº 816/2021).	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal de Braganey.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 27/03/2024 ----- Aguardando Julgamento
0052630-12.2023.8.16.0000	Emendas Aditivas nº 16 e nº 17, referentes ao Projeto de Lei nº 66/2022, do Município de Jaguariaíva , que originaram Lei Municipal nº 2.948/2023.	Dispõem sobre o uso e ocupação do solo no âmbito do Município de Jaguariaíva.	Improcedência Acórdão Publicação: 12/04/2024
0051558-87.2023.8.16.0000	Lei nº 456/2014, do Município de Tijucas do Sul .	Dispõe sobre a incorporação de remuneração por serviço extraordinário e de gratificações aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos municipais.	Aguardando Julgamento
0051292-03.2023.8.16.0000	Art. 3º, § 3º-A, VIII, <i>h</i> , da Lei Estadual nº 11.713/1997 (incluída pela Lei Estadual nº 19.594/2018). Art. 5º, <i>caput</i> (expressão “ <i>observado o período mínimo de contribuição para a previdência de quinze anos, sobre os vencimentos de seus respectivos regimes de trabalho, sendo TIDE, T-40 ou Parcial</i> ”) da Lei Estadual nº 11.713/1997. Art. 5º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 11.713/1997 – <i>por arrastamento</i> .	Dispõem sobre o Regime de Trabalho em Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) das Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.	Aguardando Julgamento
0050770-73.2023.8.16.0000	Arts. 4º (parte) e 5º da Lei nº 5.147/2020 do Município de Cianorte Arts. 3º (parte) e 4º da Lei nº 5.148/2020 do Município de Cianorte	Asseguraram revisões anuais aos subsídios dos agentes políticos integrantes da cúpula dos Poderes Executivo e Legislativo.	Procedência Acórdão Publicação: 05/03/2024

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Lei nº 5.366/2022 do Município de Cianorte . Lei nº 5.510/2023 do Município de Cianorte .	Concederam as respectivas revisões anuais, no curso do mandato dos atuais Prefeito e Vereadores, e para a mesma legislatura.	
0050765-51.2023.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Regulamentação insuficiente das incompatibilidades negociais dos vereadores, operada pela Emenda nº 15/2022 à Lei Orgânica do Município de Toledo, sobre o preceituado no artigo 19, I, 'a', da Lei Orgânica do Município de Toledo.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 13/12/2023 DJEN: 14/12/2023
0050452-90.2023.8.16.0000	Lei nº 1.237 do Município de Jataizinho .	Dispõe sobre o uso da frota de veículos oficiais da Administração Pública Municipal e dá outras providências.	Aguardando Julgamento
0049550-40.2023.8.16.0000	Art. 3º e Anexo I da Lei nº 3.738/2010, do Município de Paranaíba .	Dispõem sobre as atribuições do cargo público de Agente de Apoio Educacional.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 05/04/2024
0049369-39.2023.8.16.0000	Art. 67, <i>caput</i> , e §§ 1º a 4º (por arrastamento), da Lei Complementar nº 1/2006, do Município de Cruz Machado .	Utilização do salário mínimo como indexador da base de cálculo de adicionais de insalubridade e de periculosidade.	Procedência Acórdão Publicação: 01/04/2024
0049355-55.2023.8.16.0000	Art. 12, § 4º, da Lei nº 1.861/2004, do Município de Palotina (redação dada pela Lei Municipal nº 2.428/2009).	Estabelece que não integrará a base de cálculo para efeito de concessão de benefícios previdenciários o adicional de graduação de que trata o artigo 85 da Lei Complementar 01/1992 e a modificação de nível de que trata o artigo 7º e suas alterações da Lei Complementar 019/1996, quando concedidos a menos de 2 (dois) anos do início do benefício.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0049349-48.2023.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Regulamentação insuficiente do parágrafo único do art. 71 da Lei nº 2.371/2021, do Município de Pitanga, que define o percentual mínimo para preenchimento de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos no âmbito do Poder Executivo.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 12/04/2024
0048901-75.2023.8.16.0000	Art. 107, § 2º, I e II; Quadro de Cargos nº 43; e Quadro de Vagas Novas nº 6, ambos do Anexo I, da Lei nº 1.608/2023 do Município de Carlópolis .	Dispõem sobre a licença prêmio prevista no Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Carlópolis.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 28/07/2023 DJEN: 31/07/2023 ----- Aguardando Julgamento
0045998-67.2023.8.16.0000	Emenda à Lei Orgânica nº 15/2023 do Município de Jaguariaíva (acrescentou o art. 106-A à Lei Orgânica Municipal).	Estabelece que as emendas de vereadores ao projeto de lei orçamentária anual, respeitados os limites e disposições deste artigo, serão de execução obrigatória.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 21/02/2024
0041884-85.2023.8.16.0000	Art. 3º da Lei nº 14/2020, do Município de São Manoel do Paraná .	Estabelece que aos subsídios fixados por esta lei, será assegurada revisão anual, nas mesmas datas e no mesmo índice do reajuste concedido ao funcionalismo municipal, respeitado o previsto no Artigo 37, incisos X, XI e XV, da Constituição Federal, tendo como limite máximo a correção inflacionária dos 12 meses anteriores a concessão da reposição de subsídios, apurada segundo o índice do INPC/IBGE, ou o que vier a substituí-lo, por intermédio de lei específica.	Procedência Acórdão Publicação: 23/05/2024
	Art. 1º da Lei nº 16/2023, do Município de São Manoel do Paraná .	Concede aos Subsídios Mensais do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Presidente da Câmara, Chefe de Gabinete e Secretários Municipais de São Manoel do Paraná, revisão geral anual de 5,93%, referente a variação inflacionária aferida pelo INPC, no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0039547-26.2023.8.16.0000	Art. 106 da Lei nº 4.451/2016, do Município de Arapongas .	Estabelece que o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos, assegura a percepção de gratificação, respectivamente, de 40%, 20% e 10% do salário mínimo nacional, segundo se classifiquem os graus máximo, médio e mínimo.	Procedência Acórdão Publicação: 15/05/2024
0038651-80.2023.8.16.0000	Art. 95 da Lei Complementar nº 46/2006, do Município de Paranaguá .	Estabelece que os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, devidamente comprovado em laudo técnico, elaborado por engenheiro de segurança do trabalho, farão jus aos adicionais nos percentuais de 10%, 20%, ou 40%, calculados sobre o valor do salário mínimo, respectivamente, nos graus mínimo, médio ou máximo.	Procedente Acórdão Publicação: 23/04/2024
0038641-36.2023.8.16.0000	Arts. 1º; 2º, VI e VII; e 4º, da Lei nº 4.966/2017, do Município de Pato Branco (com a redação dada pela Lei Municipal nº 5.450/2019). Arts. 1º; 4º, III e V; 6º, 7º e Anexo I do Decreto nº 9.173/2022, do Município de Pato Branco – por arrastamento .	Dispõem sobre manifestações culturais de artistas de rua no Município de Pato Branco em praças públicas e em locais específicos para apresentações culturais, tais como teatros, anfiteatros e palcos em eventos.	Procedente Acórdão Publicação: 20/03/2024
0038432-67.2023.8.16.0000	Lei Estadual nº 21.362/2023.	Veda expressamente à Administração Estadual, inclusive às instituições de ensino mantidas pelo Estado do Paraná e a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos realizados ou contratados pelo Poder Público estadual, a utilização, em publicidade institucional, informativos, circulares, e-mails, memorandos, documentos oficiais, currículos escolares, editais, provas, exames e instrumentos congêneres de formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 19/06/2023 DJEN: 21/06/2023 ----- Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0035102-62.2023.8.16.0000	Arts. 14 e 17, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Telêmaco Borba .	O Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta, quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado. A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial no domínial dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta, quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público, ou quando houver interesse público devidamente justificado.	Procedente Acórdão Publicação: 15/05/2024
	Arts. 1º, <i>caput</i> e § 1º; 2º, § 3º; 6º; 7º, § 3º; e 8º, da Lei nº 2.142/2015, do Município de Telêmaco Borba .	Dispensa de procedimento licitatório para fins de outorga de concessão de direito real de uso de imóvel e posterior doação com encargo às instituições de ensino superior, médio e fundamental, atuantes na modalidade de ensino presencial, devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação.	
0035099-10.2023.8.16.0000	Arts. 32, VII, alínea “b”; e 49, §§1º e 2º, da Lei Orgânica do Município de Jaguapitã .	Fixam o prazo de 60 (sessenta) dias para tomada e julgamento das contas do Prefeito, consignando que se esse prazo decorrer sem deliberação da Câmara, “as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com o parecer do Tribunal de Contas”.	Aguardando Julgamento
	Arts. 19, XXI; 32, X, alínea “b”; 44, IV; 152, § 6º, I; 172 e 173, § 4º, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Jaguapitã (Resolução nº 4, de 10 de dezembro de 2001).	Equiparam o regime de análise das contas da Câmara de Vereadores e da Administração Pública Indireta àquele instituído para a análise das contas anuais do Prefeito.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0031915-46.2023.8.16.0000	Lei nº 978/2022, do Município de Corumbataí do Sul .	Fixou, no curso do mandato do atual Prefeito e para a mesma legislatura, os subsídios dos agentes políticos integrantes da cúpula do Poder Executivo e possibilitou revisão anual desses valores.	Procedência Acórdão Publicação: 21/02/2024
0028583-71.2023.8.16.0000	Art. 4º, § 4º, da Lei Estadual nº 14.975/2005 (redação dada pela Lei Estadual nº 20.532/2021).	Estabelece que até o término do Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná, declarado pelo Decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020, e prorrogado em dezembro de 2020, todas as verbas atualmente depositadas e as futuras que ingressarem no Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON) serão remanejados ao Fundo Estadual de Saúde (FUNSAÚDE), no percentual de 70% (setenta por cento) e ao Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), sem a necessidade de aprovação pelo seu Conselho Gestor.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 23/08/2023 DJEN: 24/08/2023
0027682-06.2023.8.16.0000	Lei nº 1.820/2022, do Município de Cafelândia .	Dispõe sobre a fixação dos valores dos subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Cafelândia, a partir de 1º de janeiro de 2022.	Procedência Acórdão Publicação: 27/11/2023
	Lei nº 1.849/2022, do Município de Cafelândia .	Dispõe sobre a fixação dos valores dos subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Cafelândia, a partir de 1º de junho de 2022.	
	Lei nº 1.889/2022, do Município de Cafelândia .	Concede recomposição do valor dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Cafelândia e dá outras providências.	
0027257-76.2023.8.16.0000	Lei nº 923/2023, do Município de Guaraqueçaba .	Dispõe sobre o orçamento anual do Município de Guaraqueçaba para o exercício financeiro de 2023, estimando receita e fixando despesa.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/06/2023 DJEN: 21/06/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0024485-43.2023.8.16.0000	Art. 6º, caput e § 1º; e Anexo I, da Lei nº 546/2019, do Município de Morretes .	Dispõem sobre a criação, no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Morretes, do cargo público de provimento em comissão de "Assessor Jurídico da Presidência".	Procedência Acórdão Publicação: 26/03/2024
0023961-46.2023.8.16.0000	Arts. 14, § 3º; e 16, § 7º, da Lei nº 73/2022, do Município de Terra Rica (redação atribuída pela Lei Municipal nº 93/2022).	Autorizam o cômputo do tempo de exercício de cargo em comissão e de função gratificada, por servidor investido em cargo de provimento efetivo em estágio probatório, para fins de aquisição de estabilidade.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 27/03/2024
0023954-54.2023.8.16.0000	Art. 119, § 1º, da Lei nº 617/2007, do Município de Céu Azul .	Trata do indexador utilizado na base de cálculo do adicional de insalubridade devido aos servidores municipais.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 04/09/2023 DJEN: 05/09/2023
0023948-47.2023.8.16.0000	Art. 82, I, da Lei nº 201/2004, do Município de Nova Santa Bárbara .	Prevê o patamar do adicional no caso de insalubridade, a dez por cento, vinte por cento ou quarenta por cento do salário-mínimo, conforme o grau definido em perícia.	Procedência Acórdão Publicação: 21/02/2024
0021311-26.2023.8.16.0000	Art. 10 da Lei nº 308/2011, do Município de Tomazina .	Regulamenta as progressões e vencimentos de Nível e Classe para o Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Municipal de Tomazina.	Procedência Acórdão Publicação: 06/11/2023
0019214-53.2023.8.16.0000	Art. 49, V, da Lei nº 5.029/2022, do Município de União da Vitória .	Estabelece que a utilização de animais em rituais religiosos constitui prática de maus-tratos contra os animais de pequeno, médio e grande porte, incluindo os domésticos, silvestres, nativos ou exóticos em geral, que lhes acarretem ferimento, dor, medo e estresse desnecessários ou sofrimento decorrente de negligência, prática de ato cruel ou abusivo, da falta de atendimento das suas necessidades naturais, físicas e mentais, bem como o que mais dispuser a legislação federal, estadual e municipal que trate sobre a matéria.	Aguardando Julgamento
0019005-84.2023.8.16.0000	Art. 5º, <i>caput</i> , parte final, da Lei Estadual nº 12.945/2000 (redação dada pela Lei Estadual nº 20.087/2019).	Incluem, dentre as prioridades para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Meio Ambiente, o custeio de	Procedência Acórdão Publicação: 09/08/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 4º, <i>caput</i> , parte final, do Regulamento despesas correntes de Secretaria de Estado e de Autarquia do Fundo Estadual de Meio Ambiente – Estadual. FEMA, aprovado pelo Decreto Executivo nº 5.810/2020 – <i>por arrastamento</i> .		
0018996-25.2023.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.140/2017.	Dispõe sobre o exercício do ofício de leiloeiro público oficial.	Procedência Acórdão Publicação: 24/10/2023
0018506-03.2023.8.16.0000	Lei Estadual nº 21.361/2023.	Reconhece no Estado do Paraná a atividade dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores como atividade de risco, configurando efetiva necessidade e exposição a situação de risco à vida e incolumidade física, conforme os termos do art. 10 da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Procedência Acórdão Publicação: 22/11/2023
0013558-18.2023.8.16.0000	Expressões do §1º, do art. 101-R, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo (incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2019)	Estabelece que o município, preferencialmente à venda de bens imóveis, poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, mediante prévia autorização legislativa e licitação, dispensada esta quando houver interesse público devidamente justificado ou o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 17/06/2024
0010896-81.2023.8.16.0000	Lei Municipal nº 635/2018, do Município de Tijucas do Sul .	Regulamenta o funcionamento de eventos itinerantes e feiras esporádicas no Município de Tijucas do Sul e confere outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 26/03/2024
0010883-82.2023.8.16.0000	Arts. 147, <i>caput</i> , 148 e 149, da Lei Municipal nº 60/2010, do Município de Tuneiras do Oeste .	Estabelece a utilização do salário mínimo como indexador da base de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade devidos aos servidores públicos municipais.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 21/06/2023 DJEN: 22/06/2023
0010880-30.2023.8.16.0000	Art. 76 da Lei Municipal nº 759/2001, do Município de Doutor Camargo .	Estabelece que os servidores que trabalhem com habitualidade em ambientes ou funções insalubres ou perigosas receberão um adicional, que corresponderá, no caso de insalubridade, dez por	Procedência Acórdão Publicação: 31/10/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		cento, vinte por cento ou quarenta por cento do salário mínimo, conforme o grau definido em perícia.	
0003309-08.2023.8.16.0000	Art. 116, parágrafo único, da Lei Municipal nº 4.106/2013, do Município de Francisco Beltrão .	Dispõe que o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% para grau máximo, 20% para grau médio e 10% para grau mínimo do salário mínimo nacional.	Procedência Acórdão Publicação: 16/11/2023
0002633-60.2023.8.16.0000	Arts. 285, I, III, IV e VI; 286; 287; 288, I, II e III; 292, I, II e III; 293, parágrafo único, “a” e “f”; 294; 295, I e II; 296, I, II e III; 297; 299; Tabelas IX, XI e XIII-A, da Lei nº 1.108/2001, do Município de Guarapuava (com acréscimos e alterações dadas da Lei Municipal nº 1.432/2004 e Leis Complementares Municipais nº 67/2016, nº 77/2017 e nº 90/2018).	Instituem “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos”, “Taxa de Combate a Incêndio”, “Taxa de Iluminação Pública” e “Taxa de Expediente”, decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.	Aguardando Julgamento
0002479-42.2023.8.16.0000	Arts. 26; 27, II e IV; 30, § 3º; 32, <i>caput</i> , §§ 1º a 4º; 37, I, II, “a”, “b” e “c”, III, IV, V, “a” e “b”, parágrafo único, I; 38; 38-A; 40 e 48 da Lei nº 2.696/2015, do Município de São Miguel do Iguçu (redação dada pela Lei Municipal nº 3.403/2020)	Dispõem sobre autorização para a aquisição e a alienação de imóveis pela municipalidade.	Parcialmente Extinto s/ Resolução de Mérito Procedência Acórdão Publicação: 19/02/2024
0001844-61.2023.8.16.0000	Lei nº 8/2020 do Município de Turvo (com as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 31/2020, nº 3/2022 e nº 20/2022). Decreto nº 125/2021 do Município de Turvo – <i>por arrastamento</i> .	Dispõe sobre Novo Programa de Desenvolvimento Econômico de Turvo – Pró-Turvo, revogando o disposto na Lei Municipal nº 30/1997. Nomeia os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico, previsto no art. 5º da Lei Municipal nº 8/2020.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 12/06/2023 DJEN: 13/06/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0001816-93.2023.8.16.0000	Lei nº 1.559/2020 do Município de Missal .	Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos e benefícios para empresas e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 01/11/2023 DJEN: 02/11/2023
0001544-02.2023.8.16.0000	Decreto nº 5.535/2021 do Município de Missal – <i>por arrastamento</i> . Arts. 20, 35, <i>caput</i> e 42, bem como de seus Anexos I, II e IV (com redação conferida pela Resolução nº 003/2022), estes especificamente nas partes em que tratam das remunerações, da Resolução nº 003/2007, da Câmara Municipal de Céu Azul . Art. 35, parágrafo único, da Resolução nº 003/2007, da Câmara Municipal de Céu Azul (redação dada pela Lei Municipal nº 2.364/2022) – <i>por arrastamento</i> .	Nomeia os integrantes da Comissão de Análise e Parecer para Concessão de Incentivos, prevista no art. 8º da Lei Municipal nº 1.559/2020. Dispõem sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira e Avaliação de Desempenho dos Servidores da Câmara Municipal de Céu Azul.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 26/06/2023 DJEN: 28/06/2023
0000608-74.2023.8.16.0000	Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 5.773/2011, do Município de Cascavel . Arts. 3º, IV, “c”, e 8º, da Lei nº 5.773/2011, do Município de Cascavel .	Dispõem sobre a definição da remuneração de contribuição previdenciária e instituem a Gratificação de Caráter Especial aos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional e da Câmara de Vereadores.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 17/10/2023 DJEN: 18/10/2023
0000515-14.2023.8.16.0000	Art. 668, I, da Lei nº 1.173/2005, do Município de Guaratuba .	Código de Obras e Posturas. Considera prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego públicos, quaisquer ruídos que atinjam, no ambiente exterior e no recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 dB, medidos no curso “C” do aparelho medidor de Intensidade de Sons, de acordo com o método MB-268, prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0000513-44.2023.8.16.0000	Art. 57, <i>caput</i> e §§ 1º e 4º, da Lei Estadual nº 18.295/2014.	Ao dispor sobre Programa de Regularização Ambiental, autorizou a manutenção de construções residenciais, comerciais e industriais, privadas ou públicas, em Áreas de Preservação Permanente; e estipulou faixas mínimas de preservação e de recuperação.	Aguardando Julgamento
0000506-52.2023.8.16.0000	Art. 26, § 2º, da Lei nº 4.451/2016, do Município de Araongas .	Autoriza o cômputo do tempo de exercício de cargo em comissão ou função de confiança para fins da aquisição de estabilidade por servidor em estágio probatório.	Improcedência Acórdão Publicação: 30/08/2023
0000502-15.2023.8.16.0000	Art. 4º da Lei nº 3.659/2020, do Município de Araucária .	Concede revisão geral anual aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 15/06/2023
	Lei nº 3.813/2021 do Município de Araucária .	Fixa o subsídio dos Secretários Municipais.	
	Art. 1º (expressão “ <i>subsídio</i> ”) da Lei nº 3.898/2022, do Município de Araucária .	Autoriza a concessão de reposição salarial de 16% nos vencimentos, salários, subsídios, proventos de aposentadoria e pensões aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, a partir de 01 de junho de 2022.	Procedência Acórdão Publicação: 04/04/2024
0000500-45.2023.8.16.0000	Arts. 1º, I (redação dada pela Lei Municipal nº 652/2021), e 4º, da Lei nº 614/2020, do Município de Indianópolis .	Fixa e concede revisão geral anual aos subsídios os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 19/01/2023 DJEN: 20/01/2023
	Lei nº 649/2021 do Município de Indianópolis .	Concede revisão geral anual aos subsídios do Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.	
0000496-08.2023.8.16.0000	Lei nº 2.536/2022 do Município de Barbosa Ferraz .	Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Barbosa Ferraz.	Procedência Acórdão Publicação: 22/05/2023
	Lei nº 2.557/2022 do Município de Barbosa Ferraz .	Altera o art. 2º da Lei Municipal nº 2.536/2022.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0000452-86.2023.8.16.0000	Emendas Impositivas Modificativas nº 01, 02, 03 e 04 de 2022, apresentadas aos Projetos de Lei nº 27, 28 e 29/2022, de autoria da Câmara Municipal de São José da Boa Vista .	Redução, pela Câmara Municipal, das verbas destinadas ao pagamento de vencimentos de pessoal do Poder Executivo.	Procedência Acórdão Publicação: 15/06/2023
0076897-82.2022.8.16.0000	Lei nº 2.939/2022 do Município de Jaguariaíva .	Dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 11/09/2023
0075608-17.2022.8.16.0000	Arts. 7º, IV e §§ 1º e 2º; e 8º, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 97/2005, do Município de Foz do Iguaçu (com redação conferida pela Lei Complementar Municipal nº 202/2013).	Dispõem sobre vantagem pecuniária nominada “gratificação por representação de gabinete”, passível de pagamento aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento em comissão.	Procedência Acórdão Publicação: 18/08/2023
0075607-32.2022.8.16.0000	Arts. 3º, 4º, 5º e 8º da Lei nº 3.113/2021, do Município de Ibiporã e, por arrastamento, os demais dispositivos da norma questionada.	Dispõem sobre o a implantação, coordenação e custeio do Programa Municipal de Equoterapia.	Improcedência Acórdão Publicação: 26/03/2023
0075598-70.2022.8.16.0000	Arts. 7º, 8º e Anexo da III Lei Estadual nº 19.350/2017.	Dispõem sobre a composição de serviços do foro extrajudicial das Comarcas de Mangueirinha, Palmas e Prudentópolis, conferindo nova redação ao Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), bem como estabelecem que as certidões de feitos judiciais de 1º e 2º grau e extrajudiciais de qualquer natureza não se enquadram na condição de certidões administrativas.	Aguardando Julgamento
0069838-43.2022.8.16.0000	Lei nº 2.932/2022 do Município de Jaguariaíva .	Dispõe sobre a semana de ações preventivas à depressão e ao suicídio entre crianças e adolescentes na rede Municipal de Ensino de Jaguariaíva.	Procedência Acórdão Publicação: 27/04/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0067337-19.2022.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.933/2021.	Dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos.	Aguardando Julgamento
0066860-93.2022.8.16.0000	Lei Complementar nº 88/2009 do Município de Ortigueira (alterada pela Lei Complementar Municipal nº 298/2022).	Autoriza a utilização de máquinas, equipamentos, implementos, tratores e caminhões em propriedades particulares e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 1º/09/2023
0066590-69.2022.8.16.0000	Arts. 101 e 102 da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu.	Estabelecem quórum qualificado (dois terços dos membros da Câmara Municipal) para a concessão de isenção e de anistia de tributos municipais, bem como de remissão de créditos tributários.	Procedência Acórdão Publicação: 12/12/2023
0066583-77.2022.8.16.0000	Arts. 266, <i>caput</i> e X; 343, <i>caput</i> , I, V, VII, VIII e parágrafo único; 344 <i>caput</i> ; 345 <i>caput</i> , I, II e III; 347, <i>caput</i> , §§ 1º e 2º; 348, <i>caput</i> ; 349, <i>caput</i> ; 354, parágrafo único; 356, <i>caput</i> ; 375, <i>caput</i> , I, II e §§ 1º ao 3º; 376, <i>caput</i> ; 377, <i>caput</i> ; 378, <i>caput</i> ; 379, <i>caput</i> ; 380, <i>caput</i> ; 381, <i>caput</i> , I, II e III; 382, <i>caput</i> e § 1º; 383, <i>caput</i> ; 386-A, <i>caput</i> ; 386-B, <i>caput</i> ; 386-C, <i>caput</i> ; 386-D, <i>caput</i> , I e II; 386-E, <i>caput</i> ; 386-F, <i>caput</i> ; 386-G, <i>caput</i> ; 386-H, <i>caput</i> ; 386-I, <i>caput</i> , I, II e III; 387, <i>caput</i> , I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e parágrafo único; todos da Lei Complementar nº 1/2001, do Município de Cascavel – Código Tributário Municipal (com acréscimos e alterações, nas parcelas discutidas, das Leis Complementares Municipais nº 87/2015, nº 111/2019 e nº 115/2021).	Adoção do regime de subsídio e percepção, pelos policiais civis e delegados, membros da Polícia Civil do Estado do Paraná, de remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal, e remuneração por acúmulo de funções e a limitação da carga horário de trabalho semanal.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 27/09/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Lei nº 6.570/2015 do Município de Cascavel (alterada pela Lei Municipal nº 6.657/2016).	Dispõe sobre a Taxa de Proteção a Desastres.	
0064221-05.2022.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.428/2018.	Dispõe sobre a anotação do nome e do número de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários nos títulos de propriedade de imóveis.	Procedência Acórdão Publicação: 26/04/2023
0064210-73.2022.8.16.0000	Arts. 1º e 4º (expressão “O subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários, dos Vereadores”) da Lei nº 4.077/2021, do Município de Paranaguá .	Dispõe sobre a fixação do valor dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 18/07/2023
	Art. 1º (expressão “aos agentes políticos e agentes políticos eletivos do município”) da Lei nº 4.158/2022, do Município de Paranaguá .	Concede reposição salarial aos agentes políticos e agentes políticos eletivos do município e aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Paranaguá, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 24/04/2024
0064200-29.2022.8.16.0000	Lei nº 8.804/2010 do Município de Maringá .	Altera a redação da Lei Municipal nº 8.728/2010, que dispõe sobre a criação do Programa “Escola Sem Homofobia”.	Improcedente Acórdão Publicação: 15/12/2023
0059867-34.2022.8.16.0000	Art. 17, <i>caput</i> , parágrafo único e Anexo I, da Lei nº 839/1997, do Município de Imbituva (com a redação dada pelas Lei Municipais nº 866/1997 e nº 1.819/2021).	Criação de cargos de provimento em comissão de Chefe de Divisão e Assessor de Saúde na estrutura do Poder Executivo Municipal. Delegação da instituição de funções gratificadas ao Poder Executivo, por meio de decreto.	Procedência Acórdão Publicação: 26/09/2023
0059767-79.2022.8.16.0000	Art. 15 da Lei Estadual nº 20.713/2021.	Estabelece que a Fazenda Pública do Estado do Paraná, incluindo suas Autarquias, Fundações instituídas pelo Poder Público Estadual, Serviços Sociais Autônomos, Ministério Público do Estado do Paraná e a Defensoria Pública do Estado do Paraná serão isentos do pagamento dos emolumentos e das custas de que trata a Lei nº	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		6.149, de 9 de setembro de 1970, das taxas previstas nos incisos XX, XXIV e XXV do art. 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, das custas e da taxa previstas nos incisos I e XII, respectivamente, ambos do art. 3º da Lei nº 15.942, de 3 de setembro de 2008, bem como de qualquer outra despesa, pela prática de atos notariais e de registro de seu interesse.	
	Art. 21, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.149/1970 (redação dada pelo art. 16 da Lei Estadual nº 20.713/2021).	Estabelece que a Fazenda Pública do Estado do Paraná, incluindo suas Autarquias, Fundações instituídas pelo Poder Público Estadual e Serviços Sociais Autônomos, Ministério Público do Estado do Paraná e a Defensoria Pública do Estado do Paraná, são isentos do pagamento das custas previstas neste Regimento, bem como de qualquer outra despesa pela prática de atos notariais e de registro de seu interesse.	
0059307-92.2022.8.16.0000	Arts. 146, II, “b”; 246, <i>caput</i> e parágrafo único; 247; 248, 249 e Anexo II da Lei Complementar nº 53/2016, do Município de Castro (com alterações promovidas pela Lei Complementar Municipal nº 59/2017).	Dispõe sobre a cobrança de “Taxa de Expediente” para a emissão de guias de pagamento de tributos.	Prejudicado Decisão Monocrática Publicação: 09/05/2023 DJEN: 11/05/2023
0059290-56.2022.8.16.0000	Lei Complementar nº 123/2016 do Município de Rolândia .	Autoriza ao Município de Rolândia a criar a taxa de Salubridade Pública, destinada ao Corpo de Bombeiro, em benefício desta entidade para serviços de proteção a salubridade, a segurança secundária e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 29/06/2023 DJEN: 03/07/2023
0059265-43.2022.8.16.0000	Art. 17 e dos Anexos II e III da Lei nº 2.989/2020, do Município de Coronel Vivida (com a redação dada pela Lei Municipal nº 3.147/2022).	Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico de Gabinete na estrutura do Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança, identificadas como Funções Gratificadas, do Poder Executivo de Coronel Vivida.	Procedência Acórdão Publicação: 14/03/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0058652-23.2022.8.16.0000	Lei nº 1.021/2022 do Município de São José da Boa Vista .	Torna facultativa a vacinação de crianças entre 5 a 11 anos no Município de São José da Boa Vista e sua devida comprovação nas respectivas escolas referente à vacina do COVID-19.	Procedência Acórdão Publicação: 12/04/2024
0057880-60.2022.8.16.0000	Lei nº 1.021/2022 do Município de São José da Boa Vista .	Torna facultativa a vacinação de crianças entre 5 a 11 anos no Município de São José da Boa Vista e sua devida comprovação nas respectivas escolas referente à vacina do COVID-19.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 22/09/2022 DJEN: 26/09/2022 ----- Medida Cautelar Confirmada Acórdão Publicação: 14/02/2023
0052909-32.2022.8.16.0000	Lei nº 3.169/2022 do Município de Astorga .	Incluiu, como situação de vulnerabilidade temporária a ser protegida/custeada pelo Município de Astorga, a hipótese de " <i>ausência de recursos financeiros para custear transporte de estudante para outra cidade para curso técnico profissionalizante ou curso superior</i> ".	Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2023
0049520-39.2022.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Regulamentação insuficiente da Assessoria Parlamentar Extramuros (disciplinada pela Lei Estadual nº 16.522/2010), é dizer, do exercício dos cargos de Assessores e Secretários fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	Aguardando Julgamento
0049473-65.2022.8.16.0000	Arts. 1º a 9º e 11, parágrafo único, da Lei nº 1.937/2022, do Município de Terra Roxa .	Veda a exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a COVID-19 para acesso a locais públicos, para a realização de atendimento médico ou ambulatorial, incluindo-se cirurgias eletivas, nos serviços públicos de saúde na cidade de Terra Roxa Paraná, e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 14/06/2023 DJEN: 15/06/2023
0049459-81.2022.8.16.0000	Lei nº 13.394/2022 do Município de Londrina .	Proíbe a exigência de apresentação de cartão impresso ou digital de vacinação do COVID-19 e suas variantes, considerando ser	Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		constrangedor e discriminatório a todo cidadão no âmbito do Município de Londrina.	
0048090-52.2022.8.16.0000	Lei nº 2.813/2020 do Município de Jaguariaíva.	Dispõe sobre a publicação, no Portal da Transparência do Município de Jaguariaíva, das listas dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da Rede Pública Municipal.	Improcedência Acórdão Publicação: 1º/03/2023
0047994-37.2022.8.16.0000	Lei nº 2.905/2022 do Município de Jaguariaíva.	Dispõe sobre a implantação, na clínica municipal de fisioterapia, do atendimento prestado por equipe multidisciplinar de reabilitação, destinado aos pacientes que passaram por unidades de terapia intensiva e apresentaram sequelas decorrentes da COVID-19.	Procedência Acórdão Publicação: 14/12/2022
0047332-73.2022.8.16.0000	Lei nº 2.423/2022 do Município de Toledo.	Reajusta e autoriza a revisão anual dos valores dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.	Procedência Acórdão Publicação: 05/04/2023
0047330-06.2022.8.16.0000	Art. 10, VI, VII e § 1º, da Lei Estadual nº 17.244/2012.	Preveem a participação de representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário na composição do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FESD).	Procedência Acórdão Publicação: 16/05/2023
0047319-74.2022.8.16.0000	Art. 1º, § 2º, da Lei Estadual nº 12.975/2000 (redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 14.804/2005).	Estabelece que, considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino.	Improcedência Acórdão Publicação: 11/09/2023
0046346-22.2022.8.16.0000	Art. 7º, § 5º, da Resolução nº 01/1993, da Câmara Municipal de Araucária (introduzido pela Resolução nº 02/1997).	Estabelece que, no início de cada Sessão Plenária, poderá, a critério do Presidente, ser lido versículo bíblico por qualquer Vereador presente.	Procedência Acórdão Publicação: 05/06/2024
0046040-53.2022.8.16.0000	Art. 10-A, I e §2º, e Anexo IV (especificamente na fração em que prevê o cargo de provimento em comissão de	Dispõe sobre o cargo de provimento em comissão de Procurador Jurídico na Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Paracity.	Procedência Acórdão Publicação: 30/08/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	“Procurador Jurídico”), da Lei nº 2.392/2020, do Município de Paranacity .		
	Arts. 27, 32 e 33, e Anexo III, da Lei nº 2.392/2020, do Município de Paranacity .	Preveem a concessão de “Função Gratificada” e de “Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais” a servidores públicos da Câmara Municipal de Paranacity.	
0046034-46.2022.8.16.0000	Arts. 29, <i>caput</i> e parágrafo único, e 30, <i>caput</i> , da Lei nº 1.303/2008, do Município de Imbituva (com redação dada pela Lei Municipal nº 1.362/2009).	Estabelecem a possibilidade de concessão de “Gratificação de Função” aos servidores efetivos e de “Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva” aos servidores ocupantes de cargos em comissão, não concursados, da Câmara Municipal de Imbituva.	Prejudicado Decisão Monocrática Publicação: 21/05/2023 DJEN: 23/05/2023
0046020-62.2022.8.16.0000	Arts. 40, <i>caput</i> e alíneas e §§1º, 2º e 3º (redação conferida pela Lei Municipal nº 2.318/2021), e 41, parágrafo único, da Lei nº 2.056/2015, do Município de Barracão .	Estabelecem a possibilidade de concessão de gratificações aos servidores públicos municipais efetivos.	Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2023
0043096-78.2022.8.16.0000	Art. 2º, IV, da Lei nº 5.130/2022, do Município de Foz do Iguaçu .	Dispõe sobre a inclusão do ensino de Noções Básicas de Cidadania nos estabelecimentos escolares da rede pública municipal, com o objetivo de instruir os alunos acerca de conteúdos inerentes à autonomia social e à boa convivência cidadã e com a pluralidade e diversidade social/cultural/identitária.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 05/08/2022 DJEN: 09/08/2022
0042820-47.2022.8.16.0000	Lei nº 1.490/2022 do Município de Quatro Barras .	Dispõe sobre a criação de Memorial em homenagem às vítimas da Covid-19 no Município de Quatro Barras e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 23/06/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0039653-22.2022.8.16.0000	Arts. 1º, <i>caput</i> , e 2º, da Lei nº 1.924/2022, do Município de Guaratuba .	Dispõem sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, bem como previsão de revisão anual, no curso do mandato atual e para a mesma legislatura.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 08/07/2022 ----- Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 19/11/2022 ----- Procedência Acórdão Publicação: 02/10/2023
0038895-43.2022.8.16.0000	Lei nº 16.017/2022 do Município de Curitiba .	Dispõe sobre a exigência de comprovante de aptidão física pelas academias de ginástica, entidades promotoras de eventos relacionados à prática esportiva e estabelecimentos afins.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 21/10/2022 DJEN: 25/10/2022
0038160-10.2022.8.16.0000	Lei nº 2.432/2022 do Município de Telêmaco Borba .	Dispõe sobre o livre acesso dos Vereadores aos órgãos e repartições públicas.	Procedência Acórdão Publicação: 17/02/2023
0037724-51.2022.8.16.0000	Lei nº 567/2019 do Município de Paranaguá .	Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de religação, por parte da empresa concessionária de fornecimento de água, por atraso no pagamento das faturas, exceto quando a interrupção tenha sido solicitada pelo usuário.	Procedência Acórdão Publicação: 23/03/2023
0037255-05.2022.8.16.0000	Emenda nº 013/2018 à Lei Orgânica do Município de Querência do Norte .	Dispõe sobre a revogação de dispositivos que regulavam o ressarcimento de despesas inerentes ao desempenho do mandato pelos Vereadores e a percepção de décimo terceiro subsídio e terço de férias pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores.	Procedência Acórdão Publicação: 04/05/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0031988-52.2022.8.16.0000	Arts. 1º e 2º da Lei nº 12.979/2019, do Município de Londrina (alteraram a Lei Municipal nº 9.337/2004).	Estabelece jornada de trabalho de 40 horas semanais (8 horas diárias) para os servidores públicos municipais concursados a partir de janeiro de 2019 e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 06/06/2023
0031385-76.2022.8.16.0000	Lei nº 1.950/2022 do Município de Terra Roxa .	Dispõe sobre o plantio, replantio e ampliação da plantação de árvores nas testadas dos terrenos e vias públicas municipais, cria o "Espaço Árvore" e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 03/08/2022 DJEN: 04/08/2022 ----- Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 28/09/2022 ----- Procedência Acórdão Publicação: 16/06/2023
0030152-44.2022.8.16.0000	Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 2.912/2022, do Município de Jaguariaíva .	Estabelece que as regras que alteraram o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguariaíva se aplicam unicamente aos servidores públicos que ingressarem no serviço público a partir da vigência do Art. 85-A, da Lei Orgânica Municipal, excluindo-se os demais.	Procedência Acórdão Publicação: 05/07/2023
	Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 2.913/2022, do Município de Jaguariaíva .	Estabelece que as regras que instituíram a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do Servidor do Município de Jaguariaíva e consolidaram a Legislação Previdenciária se aplicam unicamente aos servidores públicos que ingressarem no serviço público a partir da vigência do Art. 85-A, da Lei Orgânica Municipal, excluindo-se os demais.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0028800-51.2022.8.16.0000	Lei nº 987/2021 do Município de Coronel Domingos Soares .	Estabelece diretrizes para a implantação do Programa Saúde no Campo no Município de Coronel Domingos Soares e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 25/04/2023
0028683-60.2022.8.16.0000	Lei Estadual nº 21.015/2022.	Assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda qualquer exigência de documento, certidão, atestado, declaração ou passaporte sanitário.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 10/01/2024 DJEN: 12/01/2024
0027798-46.2022.8.16.0000	Art. 65, parágrafo único, da Lei nº 1.965/2015, do Município de Guaira .	Estabelece que o Poder Executivo atualizará, no mesmo percentual, as tabelas de vencimentos dos profissionais do magistério, todas as vezes que houver, em qualquer uma delas, majoração do vencimento inicial da Carreira.	Procedência Acórdão Publicação: 29/11/2022
0027613-08.2022.8.16.0000	Lei nº 764/2021 do Município de Tijucas do Sul .	Dispõe sobre autorização para fornecimento de serviços de energia elétrica.	Procedência Acórdão Publicação: 22/11/2022
0026081-96.2022.8.16.0000	Lei “R” nº 119/2021 do Município de Toledo .	Dispõe sobre a garantia dos direitos constitucionais de liberdade àqueles que se abstenham de participar das campanhas de vacinação contra a Covid-19 ou qualquer de suas variantes.	Procedência Acórdão Publicação: 20/09/2022
0025637-63.2022.8.16.0000	Anexos III (com redação conferida pela Resolução nº 310/2020) e VI da Resolução nº 281/2013, da Câmara Municipal de Arapongas .	Dispõem sobre o cargo de provimento em comissão de “Assessor Jurídico”.	Procedência Acórdão Publicação: 14/02/2023
0025623-79.2022.8.16.0000	Lei Complementar nº 1.258/2020 do Município de Maringá .	Dispõe sobre a regularização do licenciamento das casas de repouso para idosos, casas geriátricas com internação, centros geriátricos com internação, comunidades terapêuticas, entidades de acolhimento de pessoas em vulnerabilidade social e condomínios residenciais para idosos constituídos e instalados no Município de Maringá, por meio da concessão de alvará provisório.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 04/09/2022 DJEN: 06/09/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0025602-06.2022.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.127/2020.	Altera o art. 3º da Lei nº 19.701/2018, que dispõe sobre direitos da gestante e da parturiente.	Procedência Acórdão Publicação: 27/06/2024
0022976-14.2022.8.16.0000	Lei nº 1.108/2020 do Município de Mandirituba .	Estabelece regras para assunção de cargo de Secretário Municipal ou equivalente por Vereador eleito no Município de Mandirituba e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 26/09/2022
0022873-07.2022.8.16.0000	Arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 3.667/2022, do Município de Ivaiporã .	Alteram o art. 19, § 3º, e os Anexos II e IV da Lei Municipal nº 2.515/2014, que dispõem sobre a nomeação, exoneração, remuneração, nomenclatura e funções de cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Ivaiporã.	Improcedência Acórdão Publicação: 29/11/2022
0022236-56.2022.8.16.0000	Lei nº 3.123/2021 do Município de Astorga .	Inclui dispositivo à Lei nº 2.932/2018, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Astorga, estabelecendo que a ausência ou iminência de ausência de acesso à água potável e energia elétrica caracteriza situação de vulnerabilidade temporária ensejadora da prestação de benefícios eventuais.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 10/08/2022 ----- Procedência Acórdão Publicação: 16/06/2023
0021611-22.2022.8.16.0000	Lei Estadual 20.998/2022.	Institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 02/10/2023
0017913-08.2022.8.16.0000	Resolução nº 002/2012 da Câmara de Vereadores do Município de Pontal do Paraná .	Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, estabelece normas gerais de enquadramento, institui tabela de vencimentos e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 14/02/2023
0017911-38.2022.8.16.0000	Lei nº 1.988/2011 do Município de Guarapuava .	Autorizar o Poder Executivo Municipal a desafetar áreas para fins da Política Habitacional do Município e execução de obras de infraestrutura urbana.	Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0017909-68.2022.8.16.0000	Anexos I, II e III da Lei nº 2.713/2019, do Município de Clevelândia .	Dispõem sobre a organização do quadro de pessoal e estrutura administrativa da Câmara Municipal de Clevelândia, precisamente na parcela em que preveem o cargo de provimento em comissão de “Assessor Jurídico”.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 04/07/2022 DJEN: 06/07/2022
0017906-16.2022.8.16.0000	Art. 73, § 1º, da Lei nº 64/1992, do Município de Porto Rico . Art. 22, § 1º, e Anexo IV, da Lei nº 1.255/2015, do Município de Porto Rico .	Prevê que os percentuais da “Gratificação de Função” serão estabelecidos mediante ato do Chefe do Poder Executivo. Estabelece que a função gratificada será remunerada de conformidade e nos percentuais estabelecidos no Anexo IV, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 18/11/2022 DJEN: 21/11/2022
0017902-76.2022.8.16.0000	Art. 3º da Lei nº 569/2005, do Município de Pontal do Paraná (redação dada pelas Leis Municipais nº 2.094/2021, nº 2.274/2022 e nº 2.293/2022). Art. 39 da Lei nº 2.293/2022, do Município de Pontal do Paraná . Art. 3º-A da Lei nº 569/2005, do Município de Pontal do Paraná (redação dada pela Lei Municipal nº 2.094/2021).	Criam cargos de provimento em comissão de “Chefe de Gabinete”, “Assessor Municipal”, “Diretor Geral”, “Ouvidor da Saúde”, “Diretor de Departamento”, “Administrador Regional”, “Chefe de Divisão”, “Chefe de Setor”, “Chefe de Posto de Trânsito” e “Coordenador de Licitação” no quadro do Poder Executivo Municipal. Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a fixar as atribuições de cargos de provimento em comissão.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 16/02/2023 DJEN: 20/02/2023
0016369-82.2022.8.16.0000	Lei nº 7.628/2021 do Município de Cascavel .	Dispõe sobre a proibição da queima e/ou soltura de fogos de artifício de altos estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso, que causem poluição sonora acima de 85 decibéis, no Município de Cascavel.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 31/03/2022 DJEN: 1º/04/2022
0014968-48.2022.8.16.0000	Art. 1º, <i>caput</i> , da Lei Estadual nº 16.595/2010.	Dispõe que todos atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas, deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.	Parcialmente Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 07/12/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 1º, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 16.595/2010 .		Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 07/12/2023 ----- Aguardando Julgamento
0014904-38.2022.8.16.0000	Lei nº 1.546/2020 do Município de Doutor Camargo .	Dispõe sobre a recomposição salarial dos profissionais do magistério público municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 08/12/2022
0014871-48.2022.8.16.0000	Art. 14, I, da Lei Complementar Estadual nº 233/2021 .	Estabelece requisitos de tempo de contribuição e de atividade de natureza policial para fins de aposentadoria de servidores públicos estaduais de determinadas carreiras pelo Regime Próprio de Previdência Social.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 29/08/2022 DJEN: 30/08/2022
0013891-04.2022.8.16.0000	Resolução nº 156/2021 da Câmara Municipal de Farol . Resolução nº 158/2021 da Câmara Municipal de Farol .	Concede revisão geral anual à remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal. Suspende os efeitos da Resolução nº 156/2021, da Câmara Municipal de Farol.	Procedência Acórdão Publicação: 18/11/2022
0013459-82.2022.8.16.0000	Art. 125 da Lei Complementar nº 346/2013, do Município de Umuarama .	Estabelece que as regulamentações previstas na Lei que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público de Umuarama só poderão sofrer alterações com a aprovação da maioria dos membros da Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira.	Procedência Acórdão Publicação: 1º/03/2023
0013391-35.2022.8.16.0000	Lei nº 3.815/2021 do Município de Araucária .	Dispõe sobre a instalação de faixas elevadas para travessia de pedestre em frente às instituições de Ensino no Município de Araucária.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 10/10/2022 ----- Aguardando Julgamento

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0012402-29.2022.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.744/2018.	Cria a qualificação de regularizador social e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 26/09/2023
0009344-18.2022.8.16.0000	Arts. 292, II e 302 ao 308, da Lei nº 25/1994, do Município de Mandirituba (Código Tributário Municipal).	Instituem a Taxa de Iluminação Pública.	Procedência Acórdão Publicação: 28/04/2023
0008980-46.2022.8.16.0000	Lei nº 3.774/2021, do Município de Araucária .	Dispõe sobre a criação do Abrigo Municipal de Cães e Gatos.	Procedência Acórdão Publicação: 26/04/2023
0008608-97.2022.8.16.0000	Anexos I e II da Lei nº 1.681/2018, do Município de Itaipulândia .	Dispõe sobre a alteração do sistema de cargos em comissão, cria atribuições e requisitos de investidura e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 28/06/2022 DJEN: 29/06/2022
0008365-56.2022.8.16.0000	Arts. 1º, IV, alínea "a"; 2º; 3º; 6º e 16 da Lei nº 3.676/2009, do Município de Arapongas .	Dispõem sobre cargos de provimento efetivo e em comissão na estrutura organizacional do Instituto de Previdência, Pensões e Aposentadorias dos Servidores de Arapongas.	Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2023
0008310-08.2022.8.16.0000	Decreto nº 1.380/2021 do Município de Curitiba .	Dispõe sobre o dever de vacinação contra a COVID-19 de todos os agentes públicos municipais como medida de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 11/03/2022 DJEN: 14/03/2022
0007517-69.2022.8.16.0000	Art. 67, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.720/2015, do Município de Ribeirão do Pinhal .	Vinculou o reajuste da remuneração de todos os profissionais do magistério da urbe aos índices e percentuais fixados pela legislação nacional.	Procedência Acórdão Publicação: 13/07/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0006677-59.2022.8.16.0000	Emenda à Lei Orgânica do Município de Jaguariaíva nº 14/2021.	Estabelece regras para o Regime Próprio de Previdência Social para todo o funcionalismo que vier a compor o quadro de funcionários do Município, a partir da promulgação da lei, em conformidade com a EC 103/2019 e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 17/06/2022 DJEN: 21/06/2022 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 25/04/2023
0005193-09.2022.8.16.0000	Decreto Legislativo nº 12/2021 da Câmara Municipal de Ivaiporã .	Susta os efeitos do Decreto Executivo nº 13.943/2021, que reajusta a Tabela de Cobrança de Taxa de Coleta de Lixo, e do Decreto Executivo nº 13.948/2021, que dispõe sobre o percentual de atualização de valores para a correção inflacionária dos tributos municipais.	Procedência Acórdão Publicação: 24/05/2022
0004129-61.2022.8.16.0000	Arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 1.045/2021, do Município de Rio Azul .	Institui o uso compulsório de pulseira de identificação vermelha ou amarela pelos pacientes contaminados ou com suspeita de contaminação por COVID-19.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 17/02/2023
0003885-35.2022.8.16.0000	Arts. 5º; 6º, <i>caput</i> (parte final); 8º, III, VI e XIII; 9º; 12, § 1º, IV; 13, II, e 19 do Decreto nº 3.666/2020, do Município de São José dos Pinhais . Decreto nº 3.855/2020 do Município de São José dos Pinhais .	Dispõem sobre o transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede. Regulamenta a outorga onerosa sobre o uso e exploração intensiva da malha viária pelos serviços remunerados de transporte individual de passageiros por meio de aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 20/06/2022 DJEN: 22/06/2022
0003882-80.2022.8.16.0000	Arts. 5º, <i>caput</i> (in fine) e § 2º (expressão “[no caso] de não pagamento de preço público”); 7º, <i>caput</i> e §§1º, 2º e 3º; 8º; 9º; 10; 15, parágrafo único; 16-A, <i>caput</i>	Regulamentação do transporte remunerado privado individual de passageiros no Município de Curitiba.	Procedência Acórdão Publicação: 21/03/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	(expressão “no mínimo”) e § 1º; e 20 (em sua redação atual, conferida pelo Decreto nº 1.229/2018, e, por arrastamento, da original) do Decreto nº 1.302/2017, do Município de Curitiba .		
	Arts. 4º, I (expressão “especialmente quanto ao preço público”) e II, alínea “b”; 5º; 6º; 7º; 8º; 9º; 10; 11; 12 e Anexos II e III, da Resolução nº 3/2017, da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Curitiba .	Dispõem sobre o credenciamento das Administradoras de Tecnologia em Transporte Compartilhado – ATTCs e sobre o preço público para a exploração de atividades de transporte individual mediante compartilhamento de veículos.	
0003878-43.2022.8.16.0000	Arts. 90, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 1.886/1994, do Município de Bandeirantes .	Estabelece que, tendo em vista a essencialidade, complexidades das respectivas atribuições, bem como as condições do mercado de trabalho para as atividades correspondentes, e por interesse da administração, o funcionário efetivo poderá ser colocado em regime de tempo integral e terá direito a uma gratificação fixada em até cem por cento do seu vencimento básico.	Procedência Acórdão Publicação: 15/12/2022
	Arts. 91 e 92 da Lei nº 1.886/1994, do Município de Bandeirantes – <i>por arrastamento</i> .	Estabelecem que a Gratificação por Tempo Integral será incorporada aos vencimentos, apenas para efeito de aposentadoria, bem como poderá ser suspensa a qualquer momento a critério da Administração, sem gerar outros direitos ao funcionário.	
0003832-54.2022.8.16.0000	Lei nº 167/2001 do Município de Pitangueiras .	Autoriza o Executivo Municipal a proceder à doação de bem imóvel para a implantação de uma unidade industrial e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 07/02/2022 DJEN: 08/02/2022
0002807-06.2022.8.16.0000	Lei nº 816/2021 do Município de Braganey .	Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Câmara Municipal de Braganey, e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 31/03/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0001396-25.2022.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Suposta inércia do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná (CISLIPA) e dos Municípios signatários de Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaratuba, Guaraqueçaba, Morretes, Matinhos e Antonina em fixar percentual mínimo de empregos públicos de provimento em comissão a serem preenchidos por empregados públicos efetivos no âmbito do quadro funcional do Consórcio CISLIPA por afronta ao art. 27, V, da Constituição Estadual.	Procedência Acórdão Publicação: 11/07/2023
0001386-78.2022.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Insuficiência de norma definidora de percentuais mínimos para preenchimento de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos no âmbito do Poder Executivo do Município de Pontal do Paraná, em alegada afronta à determinação do art. 27, V, da Constituição Estadual.	Procedência Acórdão Publicação: 18/10/2023
0000936-38.2022.8.16.0000	Lei nº 4044/2021 do Município de Rolândia .	Institui o Programa Farmácia Solidária no Município de Rolândia.	Procedência Acórdão Publicação: 28/06/2022
0000412-41.2022.8.16.0000	Art. 28, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 498/2014, do Município de Tijucas do Sul . Art. 42, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 499/2014, do Município de Tijucas do Sul . Art. 28, I, III, IV e § 2º, da Lei nº 498/2014, do Município de Tijucas do Sul – <i>por arrastamento</i> . Art. 42, , I, II, III, IV e § 2º da Lei nº 499/2014, do Município de Tijucas do Sul – <i>por arrastamento</i> .	Dispõem sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos da administração direta e dos servidores específicos da área da saúde do Município de Tijucas do Sul, possibilitando a concessão de gratificações aos servidores públicos municipais em percentuais variáveis, limitados a 30% ou a 50% do vencimento básico, a depender da hipótese legal, a serem fixados por ato infralegal posterior do Prefeito.	Procedência Acórdão Publicação: 22/08/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0000411-56.2022.8.16.0000	Art. 2º, itens 4, 8, 9 e 11 da Lei Complementar nº 116/2010, do Município de Ortigueira .	Estabelecem hipóteses em que estaria autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.	Procedência Acórdão Publicação: 22/08/2022
0000410-71.2022.8.16.0000	Arts. 6º, XI, e 6º-A, §§ 1º, 2º, 4º, 5º e 7º, da Lei nº 4.641/2018 (redação atribuída pela Lei nº 4.822/2019), do Município de Foz do Iguaçu .	Dispõem sobre o preço público a ser apurado e recolhido pelas empresas operadoras credenciadas para a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município de Foz do Iguaçu, em compensação da exploração intensiva do viário urbano, que implicará, ocasionalmente, impacto ambiental.	Procedência Acórdão Publicação: 18/10/2022
0000408-04.2022.8.16.0000	Expressão “a ser fixada pelo Prefeito, no ato de atribuição, em até 100% (cem por cento)”, do <i>caput</i> do art. 43 da Lei nº 623/2007, do Município de Céu Azul (redação dada pela Lei Municipal nº 746/2008). Expressão “acrescida de até 100% (cem por cento) do seu nível” do § 1º do art. 44 da Lei nº 623/2007, do Município de Céu Azul (redação dada pela Lei Municipal nº 746/2008). Art. 44, § 3º, da Lei nº 623/2007, do Município de Céu Azul (redação dada pela Lei Municipal nº 1.321/2013).	Dispõem sobre a concessão de gratificações aos servidores públicos municipais, em percentuais variáveis, até o limite de 100% sobre o vencimento básico, a serem fixados, caso a caso, por ato infralegal posterior.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/09/2022 DJEN: 20/09/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0000161-23.2022.8.16.0000	Art. 71, §§ 6º e 7º, da Lei nº 1.268/2005, do Município de Ivaiporã (incluídos pela Lei Municipal nº 3.644/2022).	Estabelecem a obrigatoriedade da indenização de férias e licenças-especiais não usufruídas pelos servidores municipais, por necessidade da administração, no ato da aposentação ou exoneração.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 03/02/2022 DJEN: 04/02/2022 <hr/> Medida Cautelar Confirmada Acórdão Publicação: 25/08/2022 <hr/> Procedência Acórdão Publicação: 09/10/2023
0077563-20.2021.8.16.0000	Emenda nº 01/2021 à Lei Orgânica do Município de Ivaiporã . Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 3.608/2021, do Município de Ivaiporã . Art. 16-A da Lei nº 3.642/2021, do Município de Ivaiporã . Art. 10, §§ 1º, 2º e 3º e Anexo X, da Lei nº 3.643/2021, do Município de Ivaiporã .	Dispõem sobre emendas individuais do Legislativo no orçamento municipal.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 31/12/2021 DJEN: 04/01/2022 <hr/> Parcial Procedência Acórdão Publicação: 14/03/2023
0076119-49.2021.8.16.0000	Arts. 68, 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande . Arts. 330 a 332 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande .	Dispõem sobre infrações político-administrativas e o seu processamento.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 09/06/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Arts. 2º a 4º da Resolução nº 06/2021 da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.		
0073200-87.2021.8.16.0000	Arts. 1º, III, e 4º da Lei nº 575/2021, do Município de Santa Maria do Oeste.	Institui a 'ficha limpa municipal' na nomeação para cargos comissionados no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e do Poder Legislativo.	Improcedência Acórdão Publicação: 14/09/2022
0073085-66.2021.8.16.0000	Lei nº 757/2021 do Município de Tijucas do Sul.	Cria o programa de incentivo à contratação de estagiários no Município de Tijucas do Sul e dá outras providências.	Improcedência Acórdão Publicação: 15/03/2023
0069339-93.2021.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.692/2021.	Garante a liberação de cadáveres para transporte intermunicipal.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/10/2022 DJEN: 21/10/2022
0068986-53.2021.8.16.0000	Art. 41, § 1º, da Lei nº 1.835/2021, do Município de Califórnia.	Restringe a nomeação para o cargo de Secretário Municipal de Educação aos profissionais integrantes do Quadro Próprio do Magistério Municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 26/07/2022
0068979-61.2021.8.16.0000	Art. 29 da Lei Orgânica do Município de Jaguaíva (redação conferida pela Lei nº 13/2021). Art. 11 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Jaguaíva.	Estabelece que a Mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário e um Terceiro Secretário, com mandato de dois anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo. Estabelece que o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de dois anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 20/03/2023 DJEN: 24/03/2023
0068967-47.2021.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.739/2021.	Institui as diretrizes do ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>) no âmbito da educação básica no Estado do Paraná.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/04/2022 DJEN: 20/04/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0068446-05.2021.8.16.0000	Lei nº 1.397/1996 do Município de Palotina .	Autoriza Cooperativa a prestar informações na Declaração Fisco-Contábil (DFC), à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 10/08/2022
0065253-79.2021.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.739/2021.	Institui as diretrizes do ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>) no âmbito da educação básica no Estado do Paraná.	Procedência Acórdão Publicação: 22/03/2022
0063555-38.2021.8.16.0000	Art. 26, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei nº 12.597/2008, do Município de Curitiba (redação dada pela Lei Municipal nº 15.508/2019).	Dispõem sobre o prazo de validade dos créditos (cartão-transporte) do sistema de transporte coletivo municipal de Curitiba.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 21/06/2022 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 17/10/2023
	Art. 1º, da Lei nº 15.904/2021, do Município de Curitiba . Art. 19, do Decreto Executivo nº 649/2014 – <i>por arrastamento</i> .		
0063240-10.2021.8.16.0000	Lei nº 3.742/2021 do Município de Araucária .	Torna obrigatória a prestação de socorro aos animais atropelados pelo condutor no âmbito do Município de Araucária, na forma que menciona.	Improcedência Acórdão Publicação: 22/08/2022
0062807-06.2021.8.16.0000	Art. 42 da Lei Complementar nº 461/2019, do Município de Umuarama .	Prevê a possibilidade de concessão de gratificação por representação de até 100% aos servidores ocupantes de cargos em comissão.	Parcialmente Extinto s/ Resolução de Mérito Procedência Acórdão Publicação: 17/10/2023
	Lei Complementar nº 493/2022, do Município de Umuarama (com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Municipal nº 495/2022).	Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Umuarama.	
0062798-44.2021.8.16.0000	Arts. 4º, <i>caput</i> e § 2º; 5º; e fração do Anexo I da Lei nº 1.103/2019, do Município de Quinta do Sol .	Dispõem sobre o cargo de provimento em comissão de “Assessor Jurídico”.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 03/06/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

			DJEN: 07/06/2022
0062796-74.2021.8.16.0000	Art. 53 e partes correlatas dos Anexos I e VI, da Lei Complementar nº 94/2014, do Município de Ribeirão Claro .	Dispõe sobre a criação do emprego público efetivo de Advogado.	Procedência Acórdão Publicação: 16/08/2022
	Lei Complementar nº 102/2017 do Município de Ribeirão Claro .	Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e dá outras providências.	
0062794-07.2021.8.16.0000	Expressões “advogado inscrito no quadro da ordem dos advogados do Brasil” e “não podendo ser integrante do quadro da Guarda Municipal”, do art. 2º da Lei Complementar nº 364/2018, do Município de Sarandi .	Dispõe que fica criado o cargo de Corregedor da Guarda Municipal, lotado na SEMUTRANS - Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública do Município de Sarandi, do Estado do Paraná, indicado e nomeado em cargo comissionado pelo senhor Prefeito, cujo vencimento corresponderá à referência CC-1, devendo ser, advogado inscrito no quadro da ordem dos advogados do Brasil, maior de 21 anos, não podendo ser integrante do quadro da Guarda Municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 14/06/2022
0062789-82.2021.8.16.0000	Fração do Anexo VII da Lei nº 1.899/1994, do Município de Bandeirantes (com redação atribuída pela Lei Complementar Municipal nº 35/2011).	Custeio de funções gratificadas para os detentores dos cargos de Secretária Escolar e de Vigia.	Procedência Acórdão Publicação: 27/07/2022
0059204-22.2021.8.16.0000	Lei nº 2.176/2021 do Município de Guaíra .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Guaíra e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 25/05/2022
0059192-08.2021.8.16.0000	Lei “R” nº 89/2020 do Município de Toledo .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Toledo.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 10/03/2022 DJEN: 11/03/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0058932-28.2021.8.16.0000	Decreto nº 1.380/2021 do Município de Curitiba.	Dispõe sobre o dever de vacinação contra a COVID-19 de todos os agentes públicos municipais como medida de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 07/02/2022 DJEN: 08/02/2022
0056188-60.2021.8.16.0000	Lei nº 4.384/2016 do Município de Umuarama.	Dispõe sobre a proibição de empresas e seus sócios condenados em processos criminais de participar em licitações e celebrar contratos com o Município de Umuarama, e dá providências correlatas.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 25/04/2022 DJEN: 26/04/2022
0056054-33.2021.8.16.0000	Lei nº 4.956/2020 do Município de Foz do Iguaçu.	Dispõe sobre o Sistema Alternativo de Serviço de Transporte Público Urbano Coletivo de Passageiros.	Procedência Acórdão Publicação: 25/11/2022
0054992-55.2021.8.16.0000	Lei nº 525/2013 do Município de Pitangueiras.	Declara desnecessário o cargo de “Encarregado de Pátio” e estabelece outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 28/03/2022
0053958-45.2021.8.16.0000	Lei Complementar Estadual nº 237/2021.	Institui as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-leste e do Centro-litoral e suas respectivas estruturas de governança.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 05/06/2023
0052192-54.2021.8.16.0000	Lei Estadual nº 17.682/2013.		Aguardando Julgamento Sobrestado ADI 6724/PR
	Portaria nº 277/2014, do Departamento de Trânsito do Paraná – <i>por arrastamento.</i>		
	Lei Estadual nº 12.327/1998 – por arrastamento.	Estabelecem requisitos para habilitação, credenciamento, deveres, proibições, direitos e penalidades relativos à atividade profissional de Despachante de Trânsito.	
	Lei Estadual nº 15.060/2006 – por arrastamento.		
	Lei Estadual nº 15.302/2006 – por arrastamento.		

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0052184-77.2021.8.16.0000	Art. 3º, <i>caput</i> (parcialmente) e § 1º, da Lei nº 4.707/2019, do Município de Foz do Iguaçu .	Instituiu a “Vantagem Pessoal de Vencimento” para compensar as perdas remuneratórias decorrentes do retorno de servidores municipais do quadro de Técnico em Enfermagem para Auxiliar de Enfermagem, transposição esta realizada por Lei Municipal pretérita (nº 2.890/2004).	Improcedência Acórdão Publicação: 14/10/2022
0051990-77.2021.8.16.0000	Lei nº 755/2021, do Município de Tijucas do Sul .	Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a implantar o Programa “Horas para o Desenvolvimento”, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2022
	Decreto nº 3.808/2021 do Município de Tijucas do Sul – <i>por arrastamento</i> .	Regulamenta Lei Municipal nº 755, de 09 de junho de 2021.	
	Lei nº 648/2018, do Município de Tijucas do Sul (redação dada pela Lei Municipal nº 676/2019) – <i>por arrastamento</i> .	Cria o Programa Horas-Máquina no Município de Tijucas do Sul.	
	Lei nº 450/2013 do Município de Tijucas do Sul – <i>por arrastamento</i> .	Institui o Programa horas-máquinas para moradores da zona rural e urbana do Município e dá outras providências.	
0051985-55.2021.8.16.0000	Expressões “ <i>incidindo sobre este todas as vantagens e/ou gratificações</i> ” e “ <i>incorporando a jornada para efeito de aposentadoria</i> ”, constantes do <i>caput</i> do art. 2º das Leis nº 4.103/2013 e nº 4.104/2013, do Município de Foz do Iguaçu . Art. 4º, § 1º, do Decreto nº 22.404/2013, do Município de Foz do Iguaçu .	Dispõem e regulamentam o “regime integral em dedicação exclusiva” dos ocupantes dos cargos efetivos de Procuradores do Município de Foz do Iguaçu, do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu e da Autarquia Especial FOZ PREVIDÊNCIA.	Parcialmente Procedência Acórdão Publicado: 11/04/2024
0051981-18.2021.8.16.0000	Fração dos Anexos I e II da Lei nº 977/2006, do Município de Colombo .	Dispõem sobre a criação e atribuições dos cargos de provimento em comissão de “Chefe de Gabinete”, “Chefe de Setor”, “Assessor de	Procedência Acórdão

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Lei nº 1.465/2018 do Município de Colombo . Art. 1º da Lei nº 1.360/2014, do Município de Colombo .	Imprensa”, “Assessor de Informática”, “Chefia de Patrimônio e Serviços”, “Chefia Predial”, “Chefia de Frota”, “Assessoria de Apoio Legislativo”, “Chefia de Documentação e Arquivo”, “Chefia de Copa”, “Assessoria de Gestão de Pessoas”, “Chefe de Setor de Tesouraria” e “Controlador Interno”.	Publicação: 14/06/2022
0051973-41.2021.8.16.0000	Art. 22, <i>caput</i> e § 2º e do Anexo VI, da Lei nº 1.814/2017, do Município de Cambira (redação atribuída pela Lei Municipal nº 1.911/2018). Parte dos Anexos II e V, da Lei nº 1.814/2017, do Município de Cambira (redação atribuída pelas Leis Municipais nº 1.832/2017, 1.837/2017 e 1.940/2019).	Instituem cargos de provimento em comissão.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 1º/12/2022
0051965-64.2021.8.16.0000	Lei nº 1.265/16 do Município de Carlópolis .	Concede Auxílio Alimentação aos servidores públicos municipais efetivos e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 20/06/2022
0051838-29.2021.8.16.0000	Lei nº 3.694/2021 do Município de Araucária .	Dispõe sobre a criação do Programa de Publicidade dos Imunizados da COVID-19 no Município de Araucária, com o intuito de transparência aos municípios, conforme especifica.	Procedência Acórdão Publicação: 14/03/2022
0051605-32.2021.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.668/2021.	Autoriza o Estado do Paraná a delegar à União, a administração e a exploração de rodovias estaduais.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 27/08/2021 DJEN: 1º/09/2021 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 16/03/2023

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0049655-85.2021.8.16.0000	Parte dos Anexos I e II da Lei nº 874/2018, do Município de Antônio Olinto (com redação atribuída pela Lei Municipal nº 906/2020)	Dispõem sobre os cargos de provimento em comissão de "Controlador Interno", "Procurador Jurídico", "Assessor Jurídico", "Assessores", "Diretores", "Coordenadores", "Coordenador de Protocolo", "Coordenador do Serviço de Manutenção de Unidades Escolares", "Coordenador de Equipe de Serviços Gerais" e "Coordenador da Frota Municipal".	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 11/04/2022
0049633-27.2021.8.16.0000	Lei nº 1.862/2008 do Município de Ipiranga .	Autoriza e regulamenta a prestação de serviços "Uti singuli" mediante remuneração específica, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 14/07/2022
	Lei Complementar nº 37/2021 do Município de Ipiranga .	Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar o Programa de Incentivo ao Produtor Rural "Pró Campo" e dá outras providências.	
Decreto nº 87/2021 do Município de Ipiranga .	Regulamenta a Lei Complementar nº 37/2021, que trata do Projeto "Pró Campo", que visa ao incentivo do desenvolvimento das atividades agropecuárias no Município de Ipiranga e dá outras providências.		
0049613-36.2021.8.16.0000	Arts. 11, § 2º, e parte correspondente do Anexo I, da Lei nº 948/2017, do Município de Campo Magro .	Prevê que ao ocupante de cargo de provimento em comissão com simbologia CC, a critério e por ato do Chefe do Poder Executivo, poderá ser concedida gratificação de até 50% do subsídio dos Secretários.	Procedência Acórdão Publicação: 19/04/2022
	Art. 19, <i>caput</i> e § 1º, da Lei nº 948/2017, do Município de Campo Magro .	Faculta ao Prefeito Municipal conceder Gratificação por Desempenho de Função Especial e adicional pelo exercício de Função de Chefia, prevendo que os critérios para concessão dos benefícios serão definidos por decreto.	
0043386-30.2021.8.16.0000	Lei nº 745/2021 do Município de Tijucas do Sul .	Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento no interior dos veículos de transporte escolar municipal de Tijucas do Sul.	Improcedência Acórdão Publicação: 28/10/2022
0034966-36.2021.8.16.0000	Lei nº 13.942/2021 do Município de Ponta Grossa .	Dispõe sobre a disponibilização gratuita de kits de medicamentos para o tratamento precoce da Covid-19 na rede SUS do Município	Procedência Acórdão

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		de Ponta Grossa, durante o período de pandemia, e dá outras providências.	Publicação: 02/03/2022
0032057-21.2021.8.16.0000	Art. 1º da Lei nº 8.328/1993, do Município de Curitiba . Arts. 5º (parte), 29 e Anexo I-A (parte) da Lei nº 12.083/2006, do Município de Curitiba . Art. 5º (parte) da Lei nº 14.580/2014, do Município de Curitiba . Arts. 5º e 6º da Lei nº 14.581/2014, do Município de Curitiba .	Autorizam a transposição de cargos do serviço público municipal de Curitiba.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 03/06/2022
0031231-92.2021.8.16.0000	Lei “R” nº 89/2020 do Município de Toledo .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Toledo.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 05/07/2021 DJEN: 07/07/2021
0031123-63.2021.8.16.0000	Lei nº 7.160/2020 do Município de Cascavel .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Cascavel e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 16/08/2021 DJEN: 17/08/2021
0030838-70.2021.8.16.0000	Lei nº 3.539/2021 do Município de Ivaiporã .	Dispõe sobre a publicação, no Portal da Transparência do Município de Ivaiporã, da lista dos nomes das pessoas vacinadas contra a COVID-19, na forma que especifica.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 16/12/2021 Procedência Acórdão Publicação: 18/10/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0028891-78.2021.8.16.0000	Art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.371/2008, do Município de Ponta Grossa (com a redação dada pela Lei Municipal nº 12.407/2016).	Dispõe sobre a concessão dos serviços públicos de limpeza pública, tratamento e destinação final dos resíduos do Município de Ponta Grossa.	Procedência Acórdão Publicação: 17/12/2023
0028351-30.2021.8.16.0000	Art. 1º, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º, da Lei nº 1.732/2012, do Município de Pinhão .	Equipara o vencimento salarial do cargo de Auxiliar Administrativo ao vencimento salarial do cargo de Assessor Administrativo, ambos vinculados ao Poder Executivo Municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 13/10/2022
0024934-69.2021.8.16.0000	Art. 52, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Califórnia .	Dispõe que os Secretários Municipais, Coordenadores ou equivalentes, serão nomeados e exonerados pelo Prefeito e escolhidos entre cidadãos maiores de dezoito (18) anos, no pleno exercício de seus direitos políticos, que comprovem residência no Município há, pelo menos, dois anos	Procedência Acórdão Publicação: 15/12/2021
0021235-70.2021.8.16.0000	Lei “R” nº 89/2020 do Município de Toledo . Lei nº 7.160/2020 do Município de Cascavel .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Toledo. Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Cascavel e dá outras providências.	Desmembrado ADI 0031231-92.2021.8.16.0000 ADI 0031123-63.2021.8.16.0000
0019262-80.2021.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão;	Suposta omissão do Prefeito Municipal de Londrina quanto ao dever de adotar providências ordenadoras suficientes para a contenção da propagação do Coronavírus e suas variantes, com comprometimento da fruição do direito fundamental à saúde pública e violação aos arts. 1º, II e IX e 167, ambos da Constituição Estadual.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 20/04/2021 DJEN: 21/04/2021 Acórdão Publicação: 19/05/2021 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 31/10/2021 DJEN: 04/11/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0015573-28.2021.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Suposta omissão inconstitucional por parte do Poder Executivo quanto ao dever de iniciar processo legislativo para elaborar norma que abarque nova exceção ao art. 46, do Código Tributário Municipal, de Curitiba, bem como providências de índole administrativa (mitigatórias e compensatórias), no sentido de orientar aos órgãos de arrecadação do Município de Curitiba que excepcionem os proprietários de imóveis empregados nas atividades elencadas nos Decretos Municipais nº 180, 565 e 576/2021 do enquadramento de sujeitos passivos da obrigação tributária do IPTU, indicando como parâmetro de controle os artigos 1º, I e V; 27, § 6º; e 139 da Constituição do Estado do Paraná.	Improcedência Acórdão Publicação: 15/12/2021
0076901-90.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 14.171/2003.	Institui o sistema de bônus e de pontuação para merecimento aos Policiais Cíveis e Militares, pela apreensão de armas, conforme específica.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 27/06/2022
	Decreto Estadual nº 2.276/2003 (com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 3.649/2008) – <i>por arrastamento</i> .	Regulamenta a Lei nº 14.171, de 15 de novembro de 2003, de incentivo ao desarmamento, Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.	
	Decreto Estadual nº 3.574/2019 (com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 3.814/2020) – <i>por arrastamento</i> .	Regulamenta o bônus pecuniário aos militares estaduais instituído pela Lei nº 14.171, de 05 de novembro de 2003.	
0076896-68.2020.8.16.0000	Resolução nº 296/2019, da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná (com a redação dada pelas Resoluções nº 03/2020, nº 33/2020, e nº 148/2020) – <i>por arrastamento</i> .	Estabelece os procedimentos para pagamento do bônus pecuniário aos militares estaduais e policiais civis pela apreensão de armas de fogo em situações irregulares, previsto na Lei Estadual nº 14.171/2003 e regulamentado no Decreto Estadual nº 3.574/2019.	Procedência Acórdão Publicação: 09/08/2021
	Lei Estadual nº 18.794/2016 (com a redação dada pela Lei Estadual nº 19.443/2018).	Criação de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da Companhia de Habitação do Paraná, conforme específica.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0076893-16.2020.8.16.0000	Art. 150, parágrafo único, da Lei nº 2.024/2017, do Município de Guaíra (com a redação atribuída pela Lei Municipal nº 2.087/2019).	Delega ao Prefeito Municipal a fixação, por meio de decreto, dos cargos e dos percentuais de gratificação por Regime Integral e Dedicção Exclusiva (RETIDE) em favor dos servidores municipais comissionados.	Procedência Acórdão Publicação: 29/09/2021
0076890-61.2020.8.16.0000	Art. 17, III, V, VII, VIII e IX, bem como da parte correspondente dos Anexos III e V, da Lei nº 837/2012, do Município de Cornélio Procópio .	Dispõem sobre a criação dos cargos em comissão de Assessor Contábil-Financeiro da Presidência, Chefe Contábil-Financeiro, Assessor Administrativo, Assessor Legislativo e Assessor Itinerante na estrutura funcional da Câmara Municipal de Cornélio Procópio.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 19/07/2021
0076885-39.2020.8.16.0000	Art. 76 da Lei nº 1.085/1997, do Município de Campo Mourão (com redação dada pelas Leis Municipais nº 1.834/2004 e nº 1.373/2001). Decreto nº 7.632/2018 do Município de Campo Mourão .	Transfere ao Poder Executivo a incumbência de definir, por meio de ato normativo infralegal, o valor da parcela remuneratória correspondente à gratificação por trabalhos especiais, no âmbito do Município de Campo Mourão. Regulamenta o art. 76 da Lei nº 1.085, de 30 de dezembro de 1997, ao que se refere à execução de programas especiais.	Procedência Acórdão Publicação: 26/07/2022
0075321-25.2020.8.16.0000	Lei nº 14.544/2014 do Município de Curitiba . Lei nº 14.580/2014 do Município de Curitiba . Decreto nº 387/2015, do Município de Curitiba – por arrastamento . Decreto nº 285/2016, do Município de Curitiba – por arrastamento . Decreto nº 534/2015, do Município de Curitiba – por arrastamento .	Institui o Plano de Carreira do Profissional do Magistério de Curitiba. Reestrutura a Carreira dos Profissionais da Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba. Regulamenta os artigos 17 a 20, da Lei Municipal nº 14.544, de 11 de novembro de 2014, e dá outras providências. Regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 14.544, de 11 de novembro de 2014, e dá outras providências, aos servidores aposentados no cargo de Profissional do Magistério e respectivos pensionistas. Regulamenta os artigos 15 a 17, da Lei Municipal nº 14.580, de 22 de dezembro de 2014, e dá outras providências.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 03/06/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0074961-90.2020.8.16.0000	Art. 22, <i>caput</i> (expressão “ <i>órgão de assessoramento direto do gabinete do Prefeito</i> ”); e Anexos II-A, II- B, II-C, II-D, II-E, II-F, II-G, II-H, II-I, II-J, II-K, II-L, II-M e II-N (parte), da Lei nº 4.452/2016, do Município de Arapongas (com redação dada pelas Leis Municipais nº 4.770/2019, nº 4.816/2019 e nº 4.884/2020).	Dispõem sobre a criação de cargos de provimento em comissão.	Procedência Acórdão Publicação: 07/06/2022
0074956-68.2020.8.16.0000	Lei nº 1.847/2017, do Município de Tupãssi (com a redação dada pela Lei Municipal nº 1.991/2018). Anexos VI e IX (parte) da Lei nº 1.548/2013, do Município de Tupãssi – <i>por arrastamento</i> .	Dispõe sobre a criação, no Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras do Servidor Público Municipal de Tupãssi, das gratificações para o exercício das funções de Cuidador Residente e de Auxiliar de Cuidador Residente. Dispõem sobre as funções gratificadas de Cuidador Residente e de Auxiliar de Cuidador Residente.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 29/09/2021
0074951-46.2020.8.16.0000	Lei nº 1.145/2019 do Município de Quitandinha .	Dispõe sobre autorização para fornecimento de serviços de energia elétrica e água.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 18/12/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 10/08/2021 DJEN: 11/08/2021
0074938-47.2020.8.16.0000	Art. 1º, <i>caput</i> (expressão “e a venda”), da Lei nº 2.946/2019, do Município de Guarapuava .	Proíbe o manuseio, a utilização, a queima, a soltura e a venda de fogos de artifício e quaisquer artefatos pirotécnicos, que causem poluição sonora, com potencial de produzir danos à saúde e à vida de pessoas e animais, em todo Município de Guarapuava, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 28/06/2021 ----- RE Sobrestado

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

			<i>Tema 1056/STF</i>
0074928-03.2020.8.16.0000	Art. 38 da Lei nº 3.378/2017 do Município da Lapa . Anexos I e II (parte), da Lei nº 3.378/2017, do Município da Lapa (com a redação dada pela Lei Municipal nº 3.686/2019).	Estabelece que cabe ao Prefeito Municipal, através de ato próprio, disciplinar as atribuições e as competências de cargos de provimento em comissão da estrutura do Poder Executivo Municipal. Dispõem sobre os cargos de provimento em comissão de Chefe da Escola de Música, Chefe da Banda de Música e Assessor Administrativo do Terminal Rodoviário.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 12/04/2021 DJEN: 13/04/2021
0074922-93.2020.8.16.0000	Art. 2º, X (parte), da Lei Complementar Estadual nº 108/2005 (com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 225/2020).	Cria hipótese de contratação temporária para atendimento de excepcional interesse público.	Procedência Acórdão Publicação: 06/07/2021
0074913-34.2020.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Ausência de norma definidora de percentuais mínimos para preenchimento de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos no âmbito do Poder Executivo do Município de Pontal do Paraná, em alegada afronta à determinação do art. 27, V, da Constituição Estadual.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 22/09/2021
0073723-36.2020.8.16.0000	Lei nº 1.768/2018 do Município de Santo Antônio da Platina .	Torna obrigatório que as instituições bancárias públicas e privadas e as cooperativas de crédito localizadas no Município de Santo Antônio da Platina contratem vigilância armada para atuar no horário de funcionamento dos caixas eletrônicos, inclusive em finais de semana e feriados.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 24/05/2021 ----- Procedência Acórdão Publicação: 14/03/2022
0072966-42.2020.8.16.0000	Lei nº 1.023/2020 do Município de Agudos do Sul .	Veda, sob pena de nulidade, a nomeação ou designação de cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral, inclusive	Procedência Acórdão Publicação: 10/05/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito e Vice-Prefeito, para os cargos de Secretários Municipais.	
0069574-94.2020.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Declaração de inconstitucionalidade dos arts. 1º e 4º da Lei Municipal nº 2.074/2020, que alteraram os arts. 62 e 66 da Lei Municipal nº 862/2006, aumentando a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 25/02/2021 DJEN: 1º/03/2021
0067769-09.2020.8.16.0000	Arts. 10, XV, e 11, XXI, da Lei Orgânica do Município de Araucária.	Estabelecem a competência da Câmara Municipal para deliberar sobre matéria legislativa, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre a concessão de serviços públicos e a competência da Câmara Municipal para sustar atos do Poder Executivo, que sejam contrários ao interesse público.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 26/07/2021
0065872-43.2020.8.16.0000	Lei nº 1.307/2020 do Município de Quedas do Iguaçu.	Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 1.280/2019, Lei do Plano Plurianual de Governo do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, referente aos exercícios de 2018/2021.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 16/04/2021 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 19/07/2022 DJEN: 20/07/2022
0063356-50.2020.8.16.0000	Arts. 10, I, "c", item " <i>Coordenadoria de Controle Interno</i> "; 19 (parcialmente); 30 e 43 (parte), e Anexo I da Lei nº 269/2014, do Município de Morretes.	Criação de cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Executivo local, bem como, delegação da definição de atribuição de funções de cargos discriminados a ato infralegal.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 11/05/2021
0063354-80.2020.8.16.0000	Lei nº 2.044/2010 do Município de Santa Helena. Lei nº 2.688/2018 do Município de Santa Helena.	Dispõem sobre a criação, na estrutura administrativa local, de cargos de provimento em comissão e de funções em confiança, bem como sobre a transferência ao Chefe do Executivo Municipal da	Procedência Acórdão Publicação: 10/08/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		responsabilidade pela disciplina, mediante decreto, das respectivas atribuições de cada cargo e de cada função.	
0062211-56.2020.8.16.0000	Lei nº 7.160/2020 do Município de Cascavel .	Dispõe sobre Educação Domiciliar (<i>Homeschooling</i>) no Município de Cascavel e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 22/06/2021
0057215-15.2020.8.16.0000	Lei nº 854/2008 do Município de Jataizinho .	Cria a Defensoria Pública Municipal e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 22/06/2021
	Lei nº 855/2008 do Município de Jataizinho .	Cria o cargo de Defensor Público Municipal nos quadros de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Jataizinho.	
0056881-78.2020.8.16.0000	Arts. 1º, § 1º, 2º (expressão “ <i>sob os quais [sic] incidem descontos previdenciários</i> ”) e 3º, da Lei Complementar nº 89/2018 do Município de Ivaté .	Dispõem sobre funções gratificadas concedidas aos servidores públicos efetivos do Município de Ivaté.	Procedência Acórdão Publicação: 21/02/2022
0056880-93.2020.8.16.0000	Lei nº 4.600/2018 do Município de Francisco Beltrão .	Dispõem sobre a criação de cargos de provimento em comissão na estrutura do Poder Executivo Municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 14/09/2021
0056877-41.2020.8.16.0000	Art. 70, II, e Anexos I (parte) e IV, da Lei nº 1.759/2013, do Município de Pitanga (redação dada pela Lei Municipal nº 2.175/2018).	Dispõem sobre a criação, na estrutura administrativa local, de cargos de provimento em comissão, bem como sobre a transferência ao Chefe do Executivo Municipal da incumbência de estabelecer, por meio de ato normativo infralegal, as atribuições desses cargos.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 10/08/2022 DJEN: 11/08/2022
0056875-71.2020.8.16.0000	Lei nº 3.604/2020 do Município de São José dos Pinhais .	Autoriza a celebrar parceria público-privada para prestação dos serviços de iluminação pública no município de São José dos Pinhais, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a ampliação, a operação e a manutenção da rede de iluminação pública.	Procedência Acórdão Publicação: 13/01/2022
0056873-04.2020.8.16.0000	Arts. 24 (parte) e 25, da Lei nº 2.968/2018, do Município de Campo Largo .	Estabelecem critérios para outorga e permitem a transferência da autorização para a exploração do serviço de táxi no Município de Campo Largo.	Procedência Acórdão Publicação: 17/08/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0050810-60.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.276/2020.	Proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica, no âmbito do Estado do Paraná.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 15/03/2022
0050273-64.2020.8.16.0000	Arts. 2º e 3º, da Lei Estadual nº 20.122/2019.	Dispõem sobre a adequação ao texto da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019 e alteram dispositivos da Lei Estadual nº 17.435/2012, especificamente no que tange às contribuições previdenciárias ao RPPS e contribuições para o custeio da inatividade e pensões do sistema de proteção social dos militares.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 02/12/2022 DJEN: 06/12/2022
0048806-50.2020.8.16.0000	Lei nº 5.189/2020 do Município de Marechal Cândido Rondon.	Proibiu a autarquia e prestadora de serviços de fornecimento de água (SAAE) do Município de Marechal Cândido Rondon de cobrar tarifa básica de consumo ou de adotar práticas similares.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 27/08/2020 Acórdão Publicação: 16/12/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 23/06/2021 DJEN: 25/06/2021
0044984-53.2020.8.16.0000	Arts. 1º (parte) e 2º, II V, IX e X, da Lei nº 2.016/2017, do Município de Rebouças.	Dispõem sobre a criação, na estrutura administrativa local, de cargos de provimento em comissão.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 15/12/2020
0044981-98.2020.8.16.0000	Arts. 30 e 31, "in fine", da Lei Estadual nº 20.070/2019. Decreto Estadual nº 3.791/2019 – por arrastamento.	Dispõem sobre os cálculos dos percentuais da repartição do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental. Estabelece os Índices de Participação dos Municípios paranaenses no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 11/11/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 11/02/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para o exercício de 2020.	DJEN: 12/02/2021
0044976-76.2020.8.16.0000	Anexos VI e IX (parte) da Lei nº 757/2015, do Município de Rio Azul (com redação dada pela Lei Municipal nº 985/2019). Anexos VI (parte) da Lei nº 757/2015, do Município de Rio Azul (com redação dada pela Lei Municipal nº 897/2018) – <i>por arrastamento</i> . Anexos VI e IX da Lei nº 757/2015, do Município de Rio Azul – <i>por arrastamento</i> .	Dispõem sobre a criação, na estrutura administrativa local, de cargos de provimento em comissão.	Improcedência Acórdão Publicação: 18/03/2021
0044972-39.2020.8.16.0000	Arts. 46, I; 47, <i>caput</i> , “a” a “h” e § 1º; e Anexo I, da Lei Complementar nº 41/2018, do Município de Formosa do Oeste .	Dispõem sobre a criação, na estrutura administrativa local, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Tratamento Fora do Domicílio e Agendamento.	Procedência Acórdão Publicação: 26/08/2021
0044604-30.2020.8.16.0000	Lei nº 3.590/2020 do Município de Araucária .	Dispõe sobre o fornecimento de vale remédio para usuários de medicamentos de uso contínuo que estejam temporariamente em falta na rede pública municipal.	Procedência Acórdão Publicação: 25/10/2021
0041965-39.2020.8.16.0000	Lei nº 1.088/2020 do Município de Mandirituba .	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos mediante a apresentação de receitas prescritas por médicos particulares no âmbito da rede pública de saúde do Município de Mandirituba.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 27/07/2020
0041867-54.2020.8.16.0000	Lei nº 3.604/2020 do Município de São José dos Pinhais .	Autoriza a celebrar parceria público-privada para prestação dos serviços de iluminação pública no município de São José dos Pinhais, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a ampliação, a operação e a manutenção da rede de iluminação pública.	Procedência Acórdão Publicação: 13/01/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0041656-18.2020.8.16.0000	Lei nº 1.089/2020 do Município de Mandirituba.	Institui o programa de incentivo econômico e social de combate à pandemia de Coronavírus no Município de Mandirituba.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 29/07/2020 Acórdão Publicação: 11/03/2021 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 13/01/2022
0041649-26.2020.8.16.0000	Lei nº 1.088/2020 do Município de Mandirituba.	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos mediante a apresentação de receitas prescritas por médicos particulares no âmbito da rede pública de saúde do Município de Mandirituba.	Procedência Acórdão Publicação: 1º/02/2021
0040852-50.2020.8.16.0000	Lei nº 2.366/2020 do Município de Marialva.	Estabelece metas para o “Programa Municipal Visão Solidária: Optometria contra a cegueira evitável” no município de Marialva.	Extinto s/ Resolução de Mérito <i>(Inconstitucionalidade Formal)</i> ----- Improcedência Acórdão Publicação: 21/05/2021
	Lei nº 2.374/2020 do Município de Marialva.	Dá nova redação à Súmula, aos arts. 1º, 2º, 3º, I e IV, e 7º, da Lei Municipal nº 2.366/2020.	
0040505-17.2020.8.16.0000	Arts. 39, parágrafo único, VII, e 40, I, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Claro.	Estabelecem a exigência de lei complementar para a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional; e a reserva à iniciativa exclusiva do Prefeito de lei que disponha sobre a criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 27/07/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0040348-44.2020.8.16.0000	Arts. 12 e 13 da Lei Estadual nº 20.199/2020.	Extinguem os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica (Lei Complementar nº 123/2008) de Agente Educacional I e Agente Educacional II.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 28/07/2020 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 23/04/2021
0038834-56.2020.8.16.0000	Art. 10, III, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, da Lei Estadual nº 18.466/2015 (redação dada pela Lei Estadual nº 19.990/2019).	Dispõem sobre a suspensão do registro do devedor no Cadastro Informativo Estadual (Cadin) quando a empresa estiver em processo de recuperação judicial.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 05/08/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 25/09/2020
0037874-03.2020.8.16.0000	Arts. 3º a 9º do Decreto Estadual nº 4.942/2020.	Estabelecem medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 10/07/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 17/09/2020
0036847-82.2020.8.16.0000	Lei nº 1.650/2020 do Município de São Sebastião da Amoreira .	Instituiu o Fundo Especial da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 18/09/2020
0036766-36.2020.8.16.0000	Art. 2º, <i>caput</i> e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 1.722/2020, do Município de Cafelândia .	Autoriza a concessão de administração e uso das dependências do Hospital Municipal de Cafelândia e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 13/08/2020

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0033870-20.2020.8.16.0000	Arts. 2º e 3º, §§ 6º-A e 6º-B, da Lei Estadual nº 20.122/2019.	Dispõem sobre as contribuições previdenciárias dos servidores públicos estaduais.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 17/07/2020
0029257-54.2020.8.16.0000	Arts. 6º; 7º; 8º; 9º; 10; 11, IX; 12, III e XI; 14, III; 15, V e X; 20, IX, XIV, XV e XIX; 22, II, III, IV; e 43, do Decreto nº 358/2019, do Município de Londrina .	Regulamenta a exploração do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no âmbito do Município de Londrina e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 28/10/2021
0029252-32.2020.8.16.0000	Lei nº 622/2011, do Município de Balsa Nova (redação original e com as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 719/2013 e nº 1.069/2018)	Cria emprego público, vagas e remunerações de médicos no Município de Balsa Nova e dá outras providências.	Aguardando Julgamento Suspensão ADI 2135/DF
0029250-62.2020.8.16.0000	Lei Complementar nº 899/2011 do Município de Maringá .	Altera a redação do art. 2º, <i>caput</i> , da Lei Complementar nº 774/2009, que dispõe sobre a jornada diferenciada de trabalho no âmbito da Administração Direta do Município de Maringá.	Procedência Acórdão Publicação: 15/12/2020
	Lei Complementar nº 9.523/2013 do Município de Maringá .	Altera a redação da Lei nº 9.110/2011, que estabelece jornada de 30 horas semanais para os cargos que especifica.	
	Lei Complementar nº 9.179/2012 do Município de Maringá – <i>por arrastamento</i> .	Altera a redação da Lei nº 9.110/2011, que estabelece jornada de 30 horas semanais para os cargos que especifica.	
0029249-77.2020.8.16.0000	Arts. 2º a 5º da Lei nº 5.689/2010, do Município de Cascavel (redação original e com as alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 6.669/2016 e nº 6.900/2018).	Dispõem sobre a definição da data de 14 de novembro como aniversário da cidade de Cascavel e estabelecem regras quanto à promoção de ações e eventos comemorativos, e à abertura e funcionamento de segmentos da sociedade.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 12/03/2021
	Decreto nº 11.519/2013 do Município de Cascavel – <i>por arrastamento</i> .	Dispõe sobre regulamentação da Lei nº 5.689/2010, que define a data de 14 de novembro como aniversário da cidade de Cascavel e dá outras providências.	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0028440-87.2020.8.16.0000	Lei nº 15.620/2020 do Município de Curitiba.	Alterou o art. 5º, I e II, da Lei Municipal nº 10.595/2002, a qual dispõe sobre o Serviço Funerário no Município de Curitiba.	Procedência Acórdão Publicação: 19/03/2021
0022710-95.2020.8.16.0000	Lei nº 15.627/2020 do Município de Curitiba.	Institui o Regime Emergencial de Operação e Custeio do Transporte Coletivo para o enfrentamento econômico e social da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 15/10/2021 DJEN 18/10/2021
0022581-90.2020.8.16.0000	Lei nº 15.627/2020 do Município de Curitiba.	Institui o Regime Emergencial de Operação e Custeio do Transporte Coletivo para o enfrentamento econômico e social da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 15/10/2021 DJEN 18/10/2021
0022561-02.2020.8.16.0000	Decreto Legislativo nº 193/2020 da Câmara Municipal de Ponta Grossa.	Dispõe sobre a sustação da renovação de contrato de concessão de coleta e disposição final de resíduos sólidos.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 25/05/2020
0022271-84.2020.8.16.0000	Lei nº 2.790/2019 do Município de Jaguariaíva.	Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação de abastecimento de água no Município de Jaguariaíva.	Procedência Acórdão Publicação: 25/11/2020
0022079-54.2020.8.16.0000	Lei nº 1.718/2020 do Município de Cafelândia.	Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Cafelândia.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 23/06/2020 Acórdão Publicação: 11/08/2020 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 09/03/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0017414-92.2020.8.16.0000	Art. 20, § 5º, da Lei nº 1.120/2011, do Município de Querência do Norte .	Dispõe a respeito do reajuste anual da remuneração dos profissionais ocupantes do cargo de Professor e o vincula aos percentuais em que reajustado o Piso Salarial Profissional estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008.	Procedência Acórdão Publicação: 17/12/2020
0015034-96.2020.8.16.0000	Arts. 4º, 5º e 6º da Lei Complementar nº 1.204/2020, do Município de Maringá .	Cria o cargo de Analista, várias especialidades, e de Biomédico, na estrutura da Lei de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos de Maringá – Lei Complementar nº 966/2013, estipula suas atribuições e jornada e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 30/03/2020 Acórdão Publicação: 27/07/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 15/12/2020
0014151-52.2020.8.16.0000	Art. 92 da Lei nº 1.312/2013, do Município de Florestópolis .	Prevê a concessão de adicional por tempo de serviço aos servidores públicos municipais.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 15/03/2021
0013880-43.2020.8.16.0000	Arts. 47, II e 197, § 7º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .	Dispõem sobre a substituição do Relator vencido pelo Desembargador designado para lavrar o acórdão, estabelecendo ainda, a prevenção deste último para feitos conexos, salvo quando se tratar de agravo interno ou regimental.	Improcedência Acórdão Publicação: 07/12/2020
0012861-02.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 20.129/2020.	Obriga a realização de análise de crédito prévia na contratação de consórcios, e dá outras providências.	Improcedência Acórdão Publicação: 23/10/2020

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0012511-14.2020.8.16.0000	Decreto Legislativo nº 03/2020 da Câmara Municipal de Santa Amélia .	Sustou os efeitos do Decreto Executivo nº 22/2019, o qual, por seu turno, proibiu “o tráfego de caminhões carregados, carretas, bitrens e treminhões, carregados ou não, nas áreas e vias urbanas do Município de Santa Amélia.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 13/03/2020 Acórdão Publicação: 10/12/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 22/03/2022
0010770-36.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.829/2019.	Dispõe sobre a admissão e reconhecimento, no Estado do Paraná, de diplomas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado) originários de cursos ofertados de forma integral presencial nos países do Mercado Comum do Sul e em Portugal, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 23/09/2020
0010767-81.2020.8.16.0000	Lei nº 3.998/2017 do Município de Matelândia .	Dispõe sobre políticas públicas municipais de educação de ideologia de gênero e orientação sexual.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 14/05/2021
0010764-29.2020.8.16.0000	Lei nº 4.622/2017 do Município de Arapongas .	Proíbe a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo manifestação da ideologia e igualdade de gênero nos locais públicos, privados de acesso ao público e nas entidades de ensino no Município de Arapongas.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 18/03/2021 ----- Procedência Acórdão Publicação: 05/04/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0005811-22.2020.8.16.0000	Decreto Legislativo nº 257/2017 da Câmara Municipal de Londrina.	Cassou o mandato de Vereador eleito nas eleições realizadas em 2 de outubro de 2016, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, pela prática de infração ético parlamentar.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 14/02/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 23/04/2021
0003975-14.2020.8.16.0000	Resolução nº 15/2019 e Ato da Comissão Executiva nº 2.821/2019, ambos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Regularam o ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 11/05/2020 ----- Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 25/09/2020 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 05/11/2021
0003303-06.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.939/2019.	Dispõe sobre a obrigação das empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado do Paraná de realizar o resgate e a assistência veterinária de emergência de animais acidentados nas rodovias e estradas por elas administradas, e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 14/04/2020 ----- Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 06/08/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 09/03/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0003298-81.2020.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.965/2019.	Altera a ementa e o art. 1º da Lei Estadual nº 18.537/2015, para também isentar do pagamento de pedágio as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e ainda, as pessoas com deficiência de acordo com o art. 2º da Lei Federal de nº 13.146/2015, quando em tratamento fora do município de seu domicílio.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 17/06/2020
0001571-44.2020.8.16.0079	Lei nº 405/2019, do Município de Verê (alterou a redação dos arts. 94 e 95, §§ 2º e 3º, da Lei Municipal nº 002/1994)	Dispõem sobre o cálculo do adicional percebido pelos servidores públicos municipais em virtude do exercício de trabalho em condições insalubres e acima dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 24/10/2022 DJEN: 26/10/2022
0001310-25.2020.8.16.0000	Lei nº 405/2019 do Município de Verê .	Altera os arts. 94 e 95, §§ 2º e 3º, da Lei Municipal nº 002/1994 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais), no trecho referente ao adicional percebido em razão do trabalho exercido em condições insalubres.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 12/03/2020
0065305-46.2019.8.16.0000	Lei nº 1.215/2019 do Município de Quatro Barras .	Altera o § 1º do art. 41 da Lei Municipal nº 580/2010 que dispõe sobre a taxa anual a ser recolhida para fins de renovação do Termo de Permissão para a exploração do serviço de transporte de passageiros (Táxi).	Procedência Acórdão Publicação: 12/04/2021
0065190-25.2019.8.16.0000	Lei nº 1.256/2019 do Município de Quatro Barras .	Altera o art. 104 da Lei Municipal nº 12/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), majorando a licença paternidade do servidor público de 05 para 20 dias.	Procedência Acórdão Publicação: 12/05/2020
0065178-11.2019.8.16.0000	Lei nº 1.238/2019 do Município de Quatro Barras .	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos servidores públicos municipais efetivos e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 30/09/2020
0065167-79.2019.8.16.0000	Lei nº 1.237/2019 do Município de Quatro Barras .	Dispõe sobre a concessão de auxílio transporte aos servidores públicos municipais efetivos e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 08/10/2020

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0065155-65.2019.8.16.0000	Lei nº 1.131/2018 do Município de Quatro Barras .	Dispõe sobre a dispensa de parte da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais efetivos que sejam genitores, curadores ou responsáveis legais, a qualquer título, de pessoas com deficiência, a fim de que possam acompanhá-las em programas terapêuticos.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 26/05/2020
0065099-32.2019.8.16.0000	Lei nº 1.078/2017 do Município de Quatro Barras .	Autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida para os servidores públicos municipais efetivos.	Procedência Acórdão Publicação: 05/08/2020
0065087-18.2019.8.16.0000	Lei nº 1.067/2017 do Município de Quatro Barras .	Autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida e a instituir auxílio funeral para os integrantes da Guarda Municipal.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 10/06/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 20/04/2021
0065003-17.2019.8.16.0000	Lei nº 1.112/2018 do Município de Quatro Barras .	Altera o art. 1º, §1º, I, da Lei Municipal nº 940/2015, que estabelece requisitos para a concessão do "Cartão Cesta Básica" aos servidores públicos municipais.	Procedência Acórdão Publicação: 28/05/2020
0064979-86.2019.8.16.0000	Lei nº 1.065/2017 do Município de Quatro Barras .	Dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual, para os servidores municipais de Quatro Barras, para realização de doação de sangue.	Procedência Acórdão Publicação: 15/05/2020
0064819-61.2019.8.16.0000	Emenda nº 01/2018 à Lei Orgânica do Município de Quatro Barras .	Acrescentou o art. 110-A à Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre as emendas parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 29/05/2020
0062779-09.2019.8.16.0000	Lei Complementar Estadual nº 217/2019 .	Institui o Programa de Fruição e Indenização de Licença Especial, bem como institui a Licença Capacitação no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 09/07/2020 -----

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

			Improcedência Acórdão Publicação: 09/03/2021
0062762-70.2019.8.16.0000	Lei nº 1.280/2021 do Município de Quedas do Iguaçu .	Alteração da Lei do Plano Plurianual do Município de Quedas do Iguaçu, relativa ao quadriênio de 2018/2021, no sentido de remanejar valores previstos para o Programa de Apoio Administrativo – Atividades do Departamento de Administração.	Procedência Acórdão Publicação: 12/05/2020
0060804-49.2019.8.16.0000	Lei nº 6.466/2015 do Município de Cascavel .	Dispõe sobre utilização da bilhetagem eletrônica nos veículos que operam o transporte coletivo e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 10/06/2020
0060126-34.2019.8.16.0000	Lei nº 013/2018 do Município de Japurá .	Instituição de auxílio alimentação para servidores civis ativos da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.	Procedência Acórdão Publicação: 10/08/2020
0059799-89.2019.8.16.0000	Lei nº 437/2019 do Município de Marilândia do Sul .	Estipula no Centro de Saúde de Marilândia do Sul, além da receita prescrita com os devidos medicamentos, a instrução de dieta alimentar e atividade física específica para cada tipo de enfermidade.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/05/2020 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 09/03/2021
0058090-19.2019.8.16.0000	Lei nº 1.098/2019 do Município de Campo Magro .	Garante aos Vereadores, no exercício de suas atribuições, durante o horário comercial, o acesso a todos os prédios, órgãos e repartições públicas do Município de Campo Magro, podendo consultar documentos e requerer junto ao responsável pelo setor as informações atinentes às atividades ali desenvolvidas.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 19/05/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 21/02/2022

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0056002-08.2019.8.16.0000	Art. 115 da Lei nº 3.809/2017, do Município de Campo Mourão .	Estabelece que serão considerados, em qualquer caso, para a verificação do interstício necessário à progressão por antiguidade e por mérito, os períodos de efetivo exercício cumpridos na vigência da legislação anterior.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 11/09/2020
0043716-95.2019.8.16.0000	Lei nº 13.914/2011, do Município de Curitiba (alterada pela Lei Municipal nº 15.282/2018).	Disciplina o comércio de animais de estimação no Município de Curitiba e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 11/02/2020
0043151-34.2019.8.16.0000	Lei nº 3.346/2019 do Município de São José dos Pinhais .	Dispõe sobre a livre parada e estacionamento para embarque e desembarque de transportes escolares em dias e horários letivos, em vias no local da prestação do serviço.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 12/02/2020 ----- Procedência Acórdão Publicação: 27/10/2020
0039777-10.2019.8.16.0000	Art. 3º (parte final) da Lei nº 206/1999, do Município de Enéas Marques .	Estabeleceu mecanismo de compensação financeira entre o regime próprio, que foi extinto, e o regime geral de previdência social.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/03/2020 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 09/03/2021
0038949-14.2019.8.16.0000	Art. 3º, § 1º (parte), da Lei nº 1.587/1999, do Município de Chopinzinho .	Assegura o direito à complementação de proventos de aposentadoria e pensões que venham a ser concedidas a servidores municipais estatutários, sob o regime geral da previdência social.	Procedência Acórdão Publicação: 19/10/2020
0037272-46.2019.8.16.0000	Lei nº 4.701/2019 do Município de Foz do Iguaçu .	Revogou a Lei Municipal nº 2.718/2002, que estabelecia penalidades administrativas contra a prática de discriminação em razão de orientação sexual.	Procedência Acórdão Publicação: 10/06/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0036279-03.2019.8.16.0000	Lei Complementar nº 11/2017 do Município de Imbaú.	Dispõe sobre a planta de valores genéricos, para lançamento e cobrança dos impostos imobiliários, disciplina fórmula de cálculo, estabelece parâmetros e classificação das edificações do Município de Imbaú e dá outras providências.	Improcedência Acórdão Publicação: 02/03/2020
0030944-03.2019.8.16.0000	Art. 17 da Lei nº 3.273/2019 do Município de São José dos Pinhais.	Autoriza a transferência da outorga para comercialização de alimentos em áreas públicas.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 22/05/2020
0029789-62.2019.8.16.0000	Lei nº 13.389/2019 do Município de Ponta Grossa.	Alterou o art. 56, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 7.018/2002 (com redação dada pela Lei Municipal nº 10.295/2010), para determinar que o cartão magnético que dá acesso ao transporte coletivo seja carregado em determinada quantidade de passageiros – e não mais por seu equivalente em dinheiro. Ainda, excluiu-se o prazo para a utilização de passageiros adquiridas antes de eventual aumento de tarifa.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 20/05/2020
0028924-39.2019.8.16.0000	Lei nº 900/1998 do Município de Imbituva.	Estabelece plantões a serem realizados pelas farmácias de Imbituva, pelo sistema de rodízio, para atendimento ao público aos domingos e feriados, bem como, de segunda a sábado, fora do horário normal de funcionamento.	Improcedência Acórdão Publicação: 1º/06/2020
0028409-04.2019.8.16.0000	Art. 47 da Lei nº 999/1997, do Município de Alvorada do Sul (redação dada pela Lei Municipal nº 2.296/2016).	Dispõe sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Tutelar.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 20/11/2019
0028219-41.2019.8.16.0000	Arts. 226, II; 235, 236, 237, 238, 239, 240 e Item 5 do Anexo VI, da Lei nº 30/2002, do Município de Morretes (Código Tributário Municipal). Lei nº 116/2010 do Município de Morretes.	Dispõem sobre a Taxa de Combate a Incêndio. Dispõe sobre a Taxa de Combate a Incêndio e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 21/11/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Lei nº 28/2002 do Município de Morretes – <i>por arrastamento</i> .	Cria a Taxa de Combate a Incêndio, a Taxa de Vistoria de Segurança Contra Incêndio, o Fundo Municipal de Reequipamento da Fração do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná sediada em Morretes e dá outras providências.	
0027428-72.2019.8.16.0000	Arts. 58-A e 58-B da Lei Orgânica do Município de Maringá .	Estrutura administrativa da Procuradoria-Geral do Município de Maringá.	Procedência Acórdão Publicação: 12/03/2020
0027278-91.2019.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.442/2018.	Dispõe sobre gratuidade ou desconto no transporte em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos.	Procedência Acórdão Publicação: 10/03/2020
0023917-66.2019.8.16.0000	Lei nº 1.071/2019 do Município de Campo Magro .	Dispõe sobre as ligações de energia elétrica e água no âmbito do Município de Campo Magro.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 17/10/2019 ----- Procedência Acórdão Publicação: 14/08/2020
0022545-82.2019.8.16.0000	Lei nº 2.828/2015 do Município de Araucária .	Autoriza o Poder Público a dispor sobre a obrigatoriedade na contratação de mão de obra Araucariense e mão de obra feminina pelas prestadoras de serviço no Polo Industrial, e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 25/10/2019
0021707-42.2019.8.16.0000	Art. 260, “b” e “c”, da Lei nº 788/1993, do Município de Colorado .	Instituem, respectivamente, o adicional de sexta-parte, ou seja, o acréscimo remuneratório de 1/6 e o custeio de adicional anual de 5%, limitado a 25% após 30 anos de exercício para os homens e 25 anos de exercício para as mulheres, aos integrantes da carreira dos servidores do Município de Colorado.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 11/08/2020

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0019087-57.2019.8.16.0000	Arts. 43 e 44 da Lei nº 1.314/2013, do Município de Florestópolis.	Instituem a licença-prêmio aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Professor de Educação Básica, Educador Infantil e Professor de Educação Física.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 23/08/2019 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 13/10/2021
0015892-64.2019.8.16.0000	Lei “R” nº 15/2019 do Município de Toledo.	Dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e similares que causem poluição sonora acima de 65 decibéis, no Município de Toledo.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 23/04/2019
0014017-59.2019.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.810/2019.	Institui o Plano Estadual de Florestas Plantadas, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e adota outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 13/01/2020
0014014-07.2019.8.16.0000	Arts. 1º, X; e 2º, da Lei Estadual nº 16.692/2018.	Incluiu o Serviço Distrital de Barreiros dentre as serventias extintas e determinou a acumulação dos serviços do Tabelionato de Protesto e Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais com o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, ambos da Comarca de Piraí do Sul.	Procedência Acórdão Publicação: 06/11/2019
0014008-97.2019.8.16.0000	Anexo I da Lei Estadual nº 19.651/2018.	Acumulação do Tabelionato de Protesto e Títulos com o Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.	Procedência Acórdão Publicação: 13/01/2021
0012679-50.2019.8.16.0000	Arts. 1º, § 3º; 3º, § 1º, III e IV; 4º, VI; 9º, I; e 11, todos da Lei nº 762/2018, do Município de Ventania.	Exploração dos serviços de transporte individual de passageiros em veículos automotores (táxis).	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 28/02/2020
0012021-26.2019.8.16.0000	Art. 3º da Lei nº 1.832/2019, do Município de Teixeira Soares.	Estabelece que os percentuais de insalubridade e periculosidade passarão a incidir sobre a remuneração efetivamente recebida pelo servidor público e não mais pelo vencimento do cargo.	Procedência Acórdão Publicação: 09/10/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

0011654-02.2019.8.16.0000	Lei nº 900/1998 do Município de Imbituva .	Estabelece plantões a serem realizados pelas farmácias de Imbituva, pelo sistema de rodízio, para atendimento ao público aos domingos e feriados, bem como, de segunda a sábado, fora do horário normal de funcionamento.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 03/04/2019
0011158-70.2019.8.16.0000	Art. 3º e Anexo II (parcialmente), da Lei nº 2.710/2019, do Município de Santo Antônio do Sudoeste .	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santo Antônio do Sudoeste para o exercício de 2019.	Improcedência Acórdão Publicação: 10/03/2020
0011154-33.2019.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.496/2018.	Denomina Memorial José Rodrigues da Cunha – Juca Rodrigues o Memorial da Revolução de 1924, sediado no Município de Catanduvas.	Procedência Acórdão Publicação: 22/08/2019
0006307-85.2019.8.16.0000	Art. 15, § 3º, da Lei Complementar nº 19/2015, do Município de Guaraqueçaba .	Dispõe sobre o reenquadramento dos servidores públicos municipais efetivos ocupantes do cargo de Assistente Administrativo.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 09/07/2019 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 20/11/2020
0003285-19.2019.8.16.0000	Arts. 5º-A, 5º-B, 5º-C, 5º-D e 5º-E da Lei nº 1.255/2018, do Município de Quedas do Iguaçu .	Dispositivos da Lei Orçamentária Anual alterados via emenda parlamentar.	Procedência Acórdão Publicação: 04/12/2019
0000623-82.2019.8.16.0000	Art. 4º, <i>caput</i> , e parágrafo único, e respectivo Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 1.236/2018, do Município de Quedas do Iguaçu .	Dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias alterados via emenda parlamentar.	Procedência Acórdão Publicação: 04/12/2019
1.748.227-0 0000305-02.2019.8.16.0000	Art. 101 da Lei Complementar nº 40, do Município de Curitiba .	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Contribuintes.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 25/01/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.748.218-1 0000173-42.2019.8.16.0000	Lei nº 3.402/2018 do Município de Araucária .	Autoriza a instituição da “Hora Permanência” em benefício dos Educadores Infantis do Município de Araucária, fixada em 20% da jornada de 40 horas semanais, na proporção de 10% para ao no letivo de 2019 e 10% para ao no letivo de 2020.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 25/01/2019 ----- Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 19/08/2019 ----- Procedência Acórdão Publicação: 29/07/2021
1.748.217-4 0000162-13.2019.8.16.0000	Art. 2º, III, X e parágrafo único, da Lei nº 6.496/2015, do Município de Cascavel .	Dispõem sobre as diretrizes do Plano de Educação no âmbito do Município de Cascavel.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 16/12/2019 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 14/07/2021
1.748.210-5	Art. 3º da Lei Estadual nº 19.399/2017.	Condiciona, para antes da concessão de Licença de Operação, pelo órgão ambiental competente, dos empreendimentos hidrelétricos de geração de energia relacionados no Anexo Único da Lei, a comprovação do efetivo pagamento da justa indenização das terras e das benfeitorias dos proprietários diretamente atingidos pelo empreendimento.	Procedência Acórdão Publicação: 02/09/2019
1.748.209-2	Art. 3º da Lei Estadual nº 19.557/2017.	Condiciona, para antes da concessão de Licença de Operação, pelo órgão ambiental competente, dos empreendimentos hidrelétricos de geração de energia relacionados no Anexo Único da Lei, a comprovação do efetivo pagamento da justa indenização das terras	Procedência Acórdão Publicação: 02/09/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		e das benfeitorias dos proprietários diretamente atingidos pelo empreendimento.	
1.748.194-6 0054030-37.2018.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.605/2018.	Obriga as concessionárias de pedágio no Estado do Paraná a construir, nas rodovias sob as suas respectivas jurisdições, pontos de parada e descanso para os motoristas profissionais.	Procedência Acórdão Publicação: 02/07/2019
1.748.184-0 0053587-86.2018.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.687/2018.	Obriga a suspensão de cobranças de pedágio e a liberação da passagem de veículos na hipótese de haver retardo no atendimento, desde que cause congestionamento acima de trezentos metros ou dez minutos.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 22/01/2019 Acórdão Publicação: 14/06/2019 ----- Procedência Acórdão Publicação: 11/08/2021
1.748.138-8	Art. 131, IX, da Lei Orgânica do Município de Manoel Ribas.	Necessidade de autorização da Câmara de Vereadores para que o Prefeito possa se ausentar do Município por necessidade e para o desempenho de seu cargo por mais de quinze dias, ou para se ausentar do país por qualquer prazo.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 1º/01/2019
1.748.112-4	Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 736/2018, do Município de Braganey.	Reenquadramento de professores contratados pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS).	Procedência Acórdão Publicação: 25/09/2019
1.748.102-8	Lei nº 709/2016 do Município de Ventania.	Instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações do Quadro de Pessoal do Magistério de Ventania.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 16/04/2019
1.747.894-7	Art. 5º da Lei Estadual nº 19.350/2017.	Estabelece novos valores para as custas e emolumentos previstos na Lei Estadual nº 6.149/1970 e prevê a possibilidade de diferimento da cobrança das despesas atinentes ao protesto de títulos.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 31/07/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.747.860-1 0036047-25.2018.8.16.0000	Art. 6º, <i>caput</i> e § 1º, I e III, da Lei Orgânica do Município de Paulo Frontin (redação dada pela Emenda Modificativa nº 03/2018).	Amplia as hipóteses de caracterização de nepotismo na administração pública municipal.	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 18/03/2021
1.747.835-8 0034896-24.2018.8.16.0000	Lei nº 002/2018 do Município de Terra Rica .	Dispõe sobre a isenção do Imposto da Propriedade Predial e Territorial Urbana aos portadores de moléstia grave e dá outras providências.	Procedência Acórdão Publicação: 10/10/2022
1.747.727-1 0031766-26.2018.8.16.0000	Lei nº 12.744/2018 do Município de Londrina .	Restringe o consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros públicos no Município de Londrina e dá outras providências.	Improcedência Acórdão Publicação: 28/06/2019
1.747.706-2	Arts. 105, III, “b”; 250, <i>caput</i> (expressão “ <i>combate a incêndio</i> ”); 260; 261; 261-A; e Anexo XII, da Lei Complementar nº 19/2010, do Município de Campo Mourão (redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 47/2017). Arts. 105, III, “b”; 250, <i>caput</i> (expressão “ <i>combate a incêndio</i> ”); 260; 261; 261-A; e Anexo XII, da Lei Complementar nº 19/2010, do Município de Campo Mourão (redação original) – <i>por arrastamento</i> . Lei nº 848/1993 do Município de Campo Mourão – <i>por arrastamento</i> .	Instituição da Taxa de Combate a Incêndio no Município de Campo Mourão.	Procedência Acórdão Publicação: 13/08/2019
1.747.619-4	Lei nº 10.606/2018 do Município de Maringá .	Dispõe sobre o funcionamento, aos domingos e feriados, do comércio varejista e atacadista de gêneros alimentícios em mercados, supermercados e hipermercados, cuja atividade preponderante seja a comercialização de alimentos.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 27/09/2018 -----

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

			Procedência Acórdão Publicação: 1º/04/2019
1.747.608-1 0027929-60.2018.8.16.0000	Art. 8º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 16.164/2009 (acrescido pelo art. 1º da Lei Estadual nº 19.495/2018).	Estabelece que o tempo transcorrido entre a data de demissão ou exoneração e a data de retorno ao serviço público estadual, dos servidores anistiados, deverá ser considerado como de efetivo exercício no cargo e carreira, para fins de enquadramento, progressão e promoções.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 03/04/2019 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 27/06/2021
	Art. 2º da Lei Estadual nº 19.495/2018.	Estabelece prazo para que os servidores anistiados possam requerer a revisão dos enquadramentos funcionais.	
1.747.530-8	Lei nº 2.296/2016 do Município de Alvorada do Sul .	Dispõe sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Tutelar.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 11/04/2019
1.747.504-8 0024327-61.2018.8.16.0000	Art. 12, <i>caput</i> , da Lei Estadual nº 17.435/2012 (redação dada pela Lei Estadual nº 18.469/2015).	Estabelece que o Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003, bem como aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 1º/12/2020 ----- Sobrestado ADI 5350/DF
	Art. 59, parágrafo único, da Lei Estadual nº 18.573/2015.	Estabelece que fica a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda a contratação das instituições financeiras responsáveis pela	

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		operacionalização do pagamento da remuneração e dos proventos devidos aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado.	
1.747.445-4	Art. 1º, § 1º, da Lei nº 868/2018 do Município de Agudos do Sul (redação dada pela Lei Municipal nº 875/2018).	Prevê a aplicação do índice de reajuste de 6,81% a todas as classes dos profissionais do magistério municipal, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.	Medida Cautelar Deferida em Parte Acórdão Publicação: 18/09/2018 ----- Procedência Acórdão Publicação: 25/04/2019
1.747.403-6	Art. 3º da Lei Estadual nº 19.129/2017.	Condiciona, para antes da concessão de Licença de Operação, pelo órgão ambiental competente, dos empreendimentos hidrelétricos de geração de energia relacionados no Anexo Único da Lei, a comprovação do efetivo pagamento da justa indenização das terras e das benfeitorias dos proprietários diretamente atingidos pelo empreendimento.	Procedência Acórdão Publicação: 02/09/2019
1.747.371-9 0021091-04.2018.8.16.0000	Arts. 68, 69, 70 e Anexo I (Tabelas 15, 16 e 17) da Lei nº 2.886/2017, do Município de Campo Largo .	Estabeleceram aumento do valor venal dos imóveis residenciais e não residenciais, para fins de Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 07/12/2018 Acórdão Publicação: 29/03/2019 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 21/01/2020
1.747.305-5 0018852-27.2018.8.16.0000	Lei nº 17/2017 do Município de Terra Rica .	Autoriza aplicação de recurso financeiro do Programa Nacional de Melhoria de Acesso e Qualidade da Atenção Básica PMAQ-AB em prol das equipes da atenção básica, de estratégia de saúde da família, de saúde bucal, coordenadores de programas e servidores	Procedência Acórdão Publicação: 09/03/2020

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		das coordenações que oferecem apoio institucional a essas equipes conforme classificação de desempenho certificada nos termos do art. 16 da Portaria 1.654/2011 e dá outras providências.	
1.747.260-1 0017586-05.2018.8.16.0000	Arts. 117-A e 147-A, da Lei Complementar nº 02/2000, do Município de Santa Mariana (com a redação dada pela Lei Complementar nº 01/2012).	Estabelecem aos servidores públicos municipais o benefício do vale alimentação, na base de 20% sobre o salário mínimo nacional vigente, e também o benefício da indenização por serviços prestados, no valor de um salário mínimo por ano completado de trabalho, a ser pago no ato de desligamento do serviço público.	Medida Cautelar Deferida em Parte Acórdão Publicação: 20/11/2018 ----- Procedência Acórdão Publicação: 19/08/2019
1.747.225-2	Lei nº 2.169/2017 do Município de Telêmaco Borba .	Estabelece, para as empresas de Telêmaco Borba, regra de reserva de contratação de mão de obra local.	Procedência Acórdão Publicação: 19/06/2019
1.747.131-5	Lei nº 1.686/2017 do Município de Piraquara .	Determina a inserção obrigatória do nome do autor ou autores, desde que sejam vereadores, no preâmbulo das leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 21/01/2019 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 23/09/2019
1.747.062-5 0013604-80.2018.8.16.0000	Art. 1º, § 3º, da Lei nº 3.220/2011, do Município de Paranaguá .	Dispõem sobre o percentual máximo a ser pago, a título de Gratificação de Produtividade Fiscal de Obras, aos servidores	Parcial Procedência Acórdão

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto nº públicos ocupantes do cargo de Fiscal, com lotação na Secretaria 2.377/2012, do Município de Paranaguá Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária. – por arrastamento.		Publicação: 29/03/2019
1.746.990-0 0011776-49.2018.8.16.0000	Lei nº 12.575/2017, do Município de Londrina (alterada pela Lei Municipal nº 12.801/2018).	Aprova a Planta de Valores de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito (Preliminarmente) Improcedência (Mérito) Acórdão Publicação: 21/07/2020
1.746.989-7 0011769-57.2018.8.16.0000	Arts. 7º, § 1º, II; e 8º, II, da Lei Estadual nº 18.573/2015.	Incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD sobre valores pagos nos planos PGBL.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 23/05/2019
1.746.987-3 0011753-06.2018.8.16.0000	Arts. 7º, § 1º, II; e 8º, II, da Lei Estadual nº 18.573/2015.	Incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD sobre valores pagos nos planos PGBL.	Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 23/05/2019
1.746.937-3	Art. 4º (expressão " <i>além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida</i> ") da Lei Estadual nº 17.639/2013 (com redação conferida pela Lei Estadual nº 19.126/2017).	Estabelece que tem direito ao benefício do Programa "Luz Fraterna" a unidade consumidora com consumo mensal igual ou inferior a 400kWh (quatrocentos quilowatt/hora), além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida, habitada por família inscrita no Cadastro Único, com renda familiar mensal de até três salários mínimos nacional e que tenha entre seus membros residentes pessoa com patologia cujo tratamento médico requer o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para seu funcionamento, demandam consumo de energia elétrica.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 05/07/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 27/06/2019
1.746.918-8 0009912-73.2018.8.16.0000	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.	Ausência de norma definidora dos percentuais mínimos para preenchimento de cargos de provimento em comissão por servidores efetivos no âmbito da Câmara Municipal de Umuarama.	Procedência Acórdão Publicação: 23/10/2018

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.746.917-1	<p>Art. 12, VI e VIII; e Anexo II, da Resolução nº 1/2008 da Câmara Municipal de Umuarama (redações atribuídas pela Resolução nº 2/2010 e nº 1/2017).</p> <p>Anexo II, da Resolução nº 1/2008 da Câmara Municipal de Umuarama (redação original) – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 5º, II e V, e Anexo II, da Resolução nº 2/2010 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Anexo II, da Resolução nº 1/2012 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 2º, da Resolução nº 2/2013 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 1º, III, e Anexo II, da Resolução nº 5/2013 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 12, V; e Anexo II, da Resolução nº 1/2008 da Câmara Municipal de Umuarama (redação atribuída pela Resolução nº 1/2017).</p>	Dispõem sobre os cargos de provimento em comissão de Assessor Especial, Assessor Administrativo, Assessor das Comissões e da Mesa Diretora e Secretário de Administração de Bens Patrimoniais, bem como sobre a função gratificada de Controlador Interno.	<p>Procedência Acórdão Publicação: 07/03/2019</p>
-------------	--	--	--

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	<p>Arts. 2º e 4º (parcialmente), da Resolução nº 2/2013 da Câmara Municipal de Umuarama.</p> <p>Anexo II, da Resolução nº 1/2008 da Câmara Municipal de Umuarama (redação original) – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 5º, IV; e Anexo II, da Resolução nº 2/2010 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Anexo II, da Resolução nº 1/2012 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Anexo II, da Resolução nº 5/2013 da Câmara Municipal de Umuarama – <i>por arrastamento</i>.</p> <p>Art. 20, § 1º, VI, da Resolução nº 1/2008 da Câmara Municipal de Umuarama (redação atribuída pela Resolução nº 1/2017).</p>		
<p>1.746.725-3 0003135-72.2018.8.16.0000</p>	<p>Lei nº 12.575/2017, do Município de Londrina (alterada pela Lei Municipal nº 12.801/2018).</p>	<p>Aprova a Planta de Valores de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.</p>	<p>Extinto s/ Resolução de Mérito <i>(Preliminarmente)</i> Improcedência <i>(Mérito)</i> Acórdão</p>

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

			Publicação: 21/07/2020
1.746.715-7	Lei Estadual nº 19.372/2017.	Altera a Lei nº 15.636/2007, que proíbe a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis, em shopping-centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que se utilizem do mesmo CNPJ ou da mesma Inscrição Estadual.	Procedência Acórdão Publicação: 16/07/2019
1.746.684-7 0001713-62.2018.8.16.0000	Lei nº 12.575/2017, do Município de Londrina (alterada pela Lei Municipal nº 12.801/2018).	Aprova a Planta de Valores de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências.	Extinto s/ Resolução de Mérito (Preliminarmente) Improcedência (Mérito) Acórdão Publicação: 21/07/2020
1.746.631-6 0000593-81.2018.8.16.0000	Arts. 28, I, II, III, IV, V, VI e parágrafo único; 29, I e III; 31, parágrafo único; e 32, I, II e parágrafo único, da Lei nº 1.378/2008, do Município de Pinhão .	Dispõem sobre a transferência da autorização para a exploração do serviço de táxi no Município de Pinhão.	Improcedência Acórdão Publicação: 07/06/2019
1.746.630-9	Arts. 3º, II, VI e § 3º; 4º, <i>caput</i> (expressão “ <i>imobiliários</i> ”); 5º, II (expressão “ <i>imobiliários</i> ”); e 7º, parágrafo único (expressão “ <i>II</i> ”), da Lei nº 24/1998, do Município de Salto do Lontra (redação atribuída pela Lei Municipal nº 34/1998). Art. 1º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 44/2010 do Município de Salto do Lontra .	Aquisições, alienações e concessões de uso e direito real de uso.	Procedência Acórdão Publicação: 13/08/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.746.617-6	Art. 3º, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º, da Lei nº 3.182/2017, do Município de Araucária .	Participação de pessoas jurídicas no Programa Empresa Amiga do Esporte e Lazer.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 18/09/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 26/09/2019
1.746.616-9	Lei nº 3.217/2017 do Município de Araucária .	Inseriu o parágrafo terceiro e inciso I ao art. 2º da Lei Municipal nº 2.375/2011, o qual trata de isenção de tarifas no serviço público municipal de transporte.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 27/07/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 03/04/2019
1.746.615-2	Lei nº 3.223/2017 do Município de Araucária .	Dispõe sobre a obrigatoriedade na divulgação do Disque Denúncia Nacional, Central de Atendimento à Mulher e do Conselho Tutelar local nas faturas mensais do serviço público de abastecimento de água sediado no Município de Araucária.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 15/08/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 02/05/2019
1.746.608-7 0000261-17.2018.8.16.0000	Arts. 3º e 7º, da Lei nº 1.195/2017, do Município de Quedas do Iguaçu .	Estima a receita e fixa a despesa do Município de Quedas do Iguaçu para o exercício financeiro de 2018.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 11/10/2018 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 14/06/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.746.607-0	Lei nº 1.107/2015 do Município de Quedas do Iguaçu.	Dispõem sobre as atribuições dos cargos de provimento efetivo no âmbito do Plano de Carreira do Magistério e sobre a escolha de diretores das escolas municipais e centros municipais de educação infantil, mediante eleição direta.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/06/2018
	Lei nº 1.138/2016 do Município de Quedas do Iguaçu.		Improcedência Acórdão Publicação: 14/02/2019
1.746.558-2	Art. 18 da Lei Orgânica do Município de Colorado.	Estabelecem o prazo de um ano para o mandato dos integrantes da Mesa Diretiva do Poder Legislativo Municipal.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/06/2018
	Art. 22, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Colorado (instituído pela Resolução Legislativa nº 24/1992).		Improcedência Acórdão Publicação: 23/05/2019
1.746.511-9	Item 101, do Anexo I, da Lei nº 1.192/2017 do Município de Quedas do Iguaçu.	Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Quedas do Iguaçu para o período de 2018/2021.	Medida Cautelar Deferida em Parte Acórdão Publicação: 15/08/2018
			Procedência Acórdão Publicação: 17/05/2019
1.746.476-5 0042902-54.2017.8.16.0000	Art. 3º, X, da Lei nº 3.468/2015, do Município de Paranaguá.	Proíbe a adoção de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo "gênero" ou "orientação sexual".	Sobrestado ADPF 461/PR
			Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 13/05/2021

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.745.864-1 0040080-92.2017.8.16.0000	Lei nº 15.044/2017 do Município de Curitiba.	Autoriza o Poder Executivo a reconhecer dívidas não empenhadas relativas a despesas realizadas até 31 de dezembro de 2016, bem como renegociar o pagamento da dívida pública vencida até tal data, e dá outras providências.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/07/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 02/08/2019
1.745.858-3	Lei nº 3.260/2015 do Município de Jacarezinho.	Fixa os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara, para a legislatura 2017-2020.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 20/07/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 25/09/2019
	Lei nº 3.261/2015 do Município de Jacarezinho.	Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o mandato de 2017-2020.	
1.745.864-1	Lei nº 15.044/2017, do Município de Curitiba.	Autoriza o Poder Executivo a reconhecer dívidas não empenhadas relativas a despesas realizadas até 31 de dezembro de 2016, bem como a renegociar o pagamento da dívida pública vencida até tal data, e dá outras providências.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 11/07/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 02/08/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.745.241-8 0037782-30.2017.8.16.0000	Arts. 68, 69, 70 e Anexo I (Tabelas 15, 16 e 17) da Lei nº 2.886/2017, do Município de Campo Largo .	Estabeleceram aumento do valor venal dos imóveis residenciais e não residenciais, para fins de Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana.	Medida Cautelar Indeferida Decisão Monocrática Publicação: 25/01/2018 Acórdão Publicação: 28/05/2018 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 21/01/2020
1.743.627-0	Art. 3º, II, "h", da Lei nº 980/2017, do Município de Campo Magro .	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação de informações relativas aos terceirizados no âmbito da administração pública municipal.	Medida Cautelar Deferida em Parte Acórdão Publicação: 28/05/2018 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 12/07/2019
1.742.383-9 0034946-84.2017.8.16.0000	Lei Estadual nº 19.128/2017.	Dispõe sobre a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do Estado do Paraná.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 20/03/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 26/07/2019
1.742.382-2 0034945-02.2017.8.16.0000	Arts. 5º, I e IV, parágrafo único; 9º (expressão "I"); 10, <i>caput</i> (expressão "I"); 11 e 14, da Lei nº 1.535/2006, do Município de Guarapuava .	Alienação de bens imóveis de domínio público sem observância de procedimento licitatório.	Procedência Acórdão Publicação: 27/09/2018

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.742.186-0 0034810-87.2017.8.16.0000	Art. 205 da Lei nº 6.857/2001, do Município de Ponta Grossa (com a redação dada pela Lei Municipal nº 12.799/2017).	Estabelece que a taxa de coleta de lixo não incidirá sobre imóveis do tipo garagem em condomínios verticais desmembrados em matrícula separada de apartamento, sala ou assemelhado no mesmo edifício.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 17/08/2018 ----- Procedência Acórdão Publicação: 24/07/2019
1.734.479-5	Arts. 21, XIII; 22, X; e 83, XXXX, da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Platina .	Determinam a submissão dos atos administrativos referentes à celebração de convênios pelo Município à autorização do Poder Legislativo Municipal.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 17/04/2018 ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 02/04/2019
1.708.216-5	Lei nº 1.888/2017 do Município de Matinhos .	Acrescentou dispositivos à Lei Municipal nº 1.616/2013, proibindo a nomeação de aposentados ou reformados por invalidez e de aposentados portadores de doenças degenerativas ou incapacitantes para o exercício de cargo em comissão, de Secretário Municipal, em Conselho, comissão ou órgão de deliberação coletiva ou assemelhado, no âmbito do Poder Público municipal de Matinhos.	Medida Cautelar Deferida em Parte Acórdão Publicação: 23/02/2018 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 12/04/2019
1.698.001-9	Lei nº 118/2014 do Município de Planaltina do Paraná .	Autoriza o Poder Executivo Municipal a instruir sistema de vale-alimentação aos servidores ativos estatutários ou celetistas, no âmbito de administração direta do Município de Planaltina do Paraná e dá outras providências.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 04/12/2017 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 11/04/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.657.284-2 0006520-62.2017.8.16.0000	Lei nº 4.345/2015 do Município de Foz do Iguaçu .	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de Bombeiro Civil pelos estabelecimentos que menciona.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 06/10/2017
	Lei nº 4.588/2017 do Município de Foz do Iguaçu .	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de equipes de Brigada Civil de Emergência, composta por Bombeiro Civil, nos estabelecimentos que menciona.	Improcedência Acórdão Publicação: 23/10/2018
1.654.212-4 0005812-12.2017.8.16.0000	Lei nº 1.394/2015 do Município de General Carneiro .	Fixa os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de General Carneiro para a legislatura 2017/2020.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 02/08/2017
			Improcedência Acórdão Publicação: 30/11/2018
1.654.155-4 0005809-57.2017.8.16.0000	Lei nº 536/2016 do Município de Paranaguá .	Obriga o concessionário do serviço de transporte público coletivo urbano de Paranaguá a disponibilizar itens mínimos de comodidade e conforto a seus usuários, e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 24/01/2018
			Procedência Acórdão Publicação: 20/03/2019
1.637.780-3 0001334-58.2017.8.16.0000	Lei Estadual nº 18.918/2016.	Dispõe sobre a permissão da visitação de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 27/09/2017
			Procedência Acórdão Publicação: 20/11/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.623.641-2	Arts. 32 e 33 da Lei Estadual nº 18.907/2016.	Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 17/12/2019
1.602.369-5 0037790-41.2016.8.16.0000	Art. 89, <i>caput</i> e §§ 1º a 6º, da Lei nº 4.451/2016, do Município de Arapongas .	Possibilidade de incorporação, em caráter definitivo, dos valores referentes ao exercício de função gratificada ou cargo em comissão aos vencimentos do servidor público efetivo, após seu exercício por determinado período de tempo.	Procedência Acórdão Publicação: 22/08/2017
1.583.131-7 0032206-90.2016.8.16.0000	Lei Estadual nº 18.805/2016.	Obriga os fornecedores de produto ou serviço a informar o histórico dos preços do produto ou serviço em promoção.	Medida Cautelar Deferida Decisão Monocrática Publicação: 02/02/2017 Acórdão Publicação: 13/06/2017 ----- Procedência Acórdão Publicação: 22/01/2018
1.564.668-7	Art. 2º da Lei nº 1.402/2010 do Município de Guaratuba (redação atribuída pela Lei Municipal nº 1.602/2014). Art. 2º da Lei nº 1.402/2010, do Município de Guaratuba – <i>por arrastamento</i> . Art. 2º da Lei nº 1.332/2009, do Município de Guaratuba – <i>por arrastamento</i> .	Fixa o prazo de 36 meses para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do Município de Guaratuba. Fixa o prazo de 12 meses para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do Município de Guaratuba. Fixa o prazo de 180 dias para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do Município de Guaratuba.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 27/03/2018 ----- Parcial Procedência Acórdão Publicação: 31/05/2019

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

1.562.852-1 0025313-83.2016.8.16.0000	Lei nº 12.449/2016 do Município de Ponta Grossa .	Dispõe sobre a sistemática de transferência dos depósitos judiciais e administrativos para conta única do Tesouro Municipal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 151/2015.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 03/05/2017 ----- Improcedência Acórdão Publicação: 28/03/2022
1.528.072-5 0013238-12.2016.8.16.0000	Arts. 1º, <i>caput</i> e parágrafo único; 36, I; 150, <i>caput</i> e I a IX e §§ 1º e 2º (primeira parte); 151; 152; 153; 154; e 156, da Lei Complementar Estadual nº 131/2010 .	Transposição do cargo de Agente Fiscal para o de Auditor Fiscal.	Suspensão ADI 5510/PR
1.507.204-7 0006857-85.2016.8.16.0000	Lei nº 1.538/2015 do Município de Piraquara .	Dispõe sobre distribuição domiciliar de medicamentos e materiais necessários aos procedimentos médicos para idosos com idade superior a 60 anos, previamente cadastrados no Sistema Único de Saúde-SUS, no Município de Piraquara e dá outras providências.	Medida Cautelar Deferida Acórdão Publicação: 30/06/2017 ----- Procedência Acórdão Publicação: 20/06/2018
1.148.050-7 0044421-06.2013.8.16.0000	Arts. 25, § 4º; e 53, da Lei Orgânica do Município de Londrina . Art. 254 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Londrina . Arts. 16, 24 até 35 da Resolução nº 06 da Câmara de Vereadores de Londrina (Código de Ética e Decoro Parlamentar).	Infrações Político-administrativas.	Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 24/04/2014 ----- Procedência Acórdão Publicação: 04/12/2014

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

	Resolução nº 53 da Câmara de Vereadores de Londrina .		
1.485.262-3	Art. 2º, Tabelas XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII, da Lei Estadual nº 18.414/2014. Art. 11, II, e § 2º, da Lei Estadual nº 7.567/1982 (redação dada pela Lei Estadual nº 12.830/2000). Art. 10, I, da Lei Estadual nº 7.567/1982 (redação atribuída pela Lei Estadual nº 10.546/1993) – <i>por arrastamento</i> .	Custeio da previdência complementar dos escrivães, notários e registradores do Estado do Paraná (CONPREVI) e, também, para outras pessoas jurídicas de direito privado (ANOREG, ASSEJEPAR e INOREG).	Improcedência Acórdão Publicação: 19/06/2019
1.465.762-2 0049986-77.2015.8.16.0000	Lei Estadual nº 17.959/2014.	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS-PARANÁ.	Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 15/07/2016
1.345.348-4 0006191-21.2015.8.16.0000	Lei nº 1.983/2013 do Município de Capitão Leônidas Marques . Art. 2º, “a”, da Lei nº 1.982/2013, do Município de Capitão Leônidas Marques – <i>por arrastamento</i> .	Cria a Taxa de Combate a Incêndio no Município de Capitão Leônidas Marques. Cria o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Município de Capitão Leônidas Marques e dá outras providências.	Improcedência Acórdão Publicação: 06/11/2015 ----- Procedência (<i>Juízo de Retratação</i>) Acórdão Publicação: 16/02/2022
724.032-8 0038137-84.2010.8.16.0000	Art. 1º, <i>caput</i> (expressão “ <i>ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações, disciplinadas pelas leis federais em vigor</i> ”), da Lei Estadual nº 16.595/2010.	Estabelece que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e entidades paraestatais que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação	Parcial Procedência Acórdão Publicação: 27/06/2012 ----- Improcedência (<i>Juízo de Retratação</i>) Acórdão

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

		oficial, ressalvadas as publicações disciplinadas pelas leis federais em vigor.	Publicação: 06/07/2022
	Art. 2º, § 2º (expressão “ <i>subsídio, vencimento ou provento</i> ”), da Lei Estadual nº 16.595/2010.	Dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, todos os atos de ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e Tribunal de Contas e a admissão, exoneração e aposentadoria, de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos e contratação de prestadores de serviços, com a discriminação do nome, subsídio, vencimento ou provento e lotação do mesmo, bem como os contratos e aditivos firmados para prestação de serviços por terceirizados.	
0656860-7 0004178-25.2010.8.16.0000	Lei Estadual nº 16.239/2009.	Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme específica e adota outras providências.	Suspensão ADI 4351/PR ADI 4353/PR ----- Extinto s/ Resolução de Mérito Decisão Monocrática Publicação: 27/11/2020
373.549-1 0014144-51.2006.8.16.0000	Arts. 38, § 3º; 138, I; e 140, II, §§ 4º e 5º, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).		Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 27/10/2006 ----- Suspensão ADI 3815/PR

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

<p>0165749-2 0006711-64.2004.8.16.0000</p>	<p>Arts. 261, 262 e 295, da Lei Estadual nº 14.277/2003.</p>	<p>Transformação, desanexação e criação de Serventias Notariais e de Serventias de Tabelionato.</p>	<p>Medida Cautelar Indeferida Acórdão Publicação: 29/11/2004</p> <hr/> <p>Suspense ADI 3517/PR</p>
<p>52.764-2 0002983-93.1996.8.16.0000</p>	<p>Art. 11, XV, da Lei Orgânica do Município de Curitiba.</p> <p>Decreto nº 696/1995, do Município de Curitiba.</p> <p>Decreto nº 759/1995, do Município de Curitiba</p>	<p>Estabelece que compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial, disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano.</p> <p>Dispõe sobre a utilização indevida das canaletas e vias exclusivas para ônibus e terminais de transporte no perímetro urbano de Curitiba e dá outras providências.</p> <p>Aprova Norma de Execução nº 01, de 1º de setembro de 1995, expedida pela Presidência da Urbanização de Curitiba S/A - URBS.</p>	<p>Extinto s/ Resolução de Mérito Acórdão Publicação: 04/08/2022</p>

Os dados divulgados possuem cunho meramente informativo, não constituindo repositório oficial de jurisprudência e não substituindo aqueles publicados no Diário da Justiça.